

CEMAB POLITIKA 1973 25 DE FEVEREIRO DE 1973 N. 70

FUNDO DK CEMAP 16/127

POLITIKA

RIO, 19 A 25 DE FEVEREIRO DE 1973

ANO II — NÚMERO 70 — CR\$ 3,00

CEMAP - H. HENRIQUE
CLASS. _____

A DEMOCRACIA NÃO PODE CENSURAR

CORÇÃO

o herético, se
auto-canoniza

POVO

o sub-produto
da economia rica



A igreja dos povos oprimidos de Deus

O clero está em crise? O padre Mirabeau Lopez nos disse que sim. O padre Pio Milpacher, zangado, nos disse que não. Há sintomas dessa crise? O primeiro enumerou oito — dando a liberdade de expressão um enfoque mais radical. O segundo mostrou que tudo é uma questão de fé — que o tempo, os meios de comunicação e o próprio homem transferiram e modificaram. A verdade é que algo existe, hoje, no clero. Será crise? Há quinze dias assinada por D. Eugênio Sales, a Cúria Metropolitana distribuiu uma nota oficial, na qual alertava os fiéis para as pregações, heréticas e subversivas, de Gustavo Corção, que não fala em nome da igreja e não representa seu pensamento oficial. Ora, todos ficaram absolutamente surpresos. O que houve? Como, de pregador oficial a subversivo da ordem clerical? Será um sintoma da crise? Semana passada, bispos de todo o país se reuniram na XIII Assembleia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo que na abertura dos trabalhos o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, afirmou que o tema direitos humanos está implícito e explicitamente incluído nos debates, pois quem se responsabiliza pelo Evangelho se responsabiliza também pelo homem. E não foi só isso. Pouco depois, inquirido sobre o problema das diversas correntes de pensamento no seio da igreja, D. Paulo Evaristo Arns garantiu que há problemas delicados, que devemos enfrentar com

muita maturidade, sem nos deixar envolver pela emocionalidade através de uma reflexão séria, amadurecida em nosso contato íntimo com o Senhor. Logo, há problemas, como há crise. O inteligente, no entanto, não é negar, é resolver.

Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, acredita ser importante o debate sobre os direitos humanos e que a coincidência desta reunião com o jubileu da Declaração dos Direitos do Homem constitui-se em um desafio a que nos esforcemos para ajudar o Brasil a concretizar esses grandes anseios da humanidade, formados há vinte e cinco anos. E a igreja deve concretizar esses anseios da humanidade.

Já o bispo de São Félix, D. Pedro Casaldaglia Plá, acha que a inclusão deste tema é válida e faz-se necessariamente urgente, no entanto, se nos propusermos a abordar o tema sob um ponto-de-vista unicamente de perspectiva, a muito pouco chegaremos. É necessário que busquemos a concretização desses ideais, ainda que surjam conflitos. De qualquer forma, acredita que algo possa ser feito pelo povo de Deus. No pluralismo do mundo moderno, já não se admite que alguém pertença a uma religião, como a católica, simplesmente por pressões sociais. Diante disso, a Igreja universal tem buscado, por todos os meios, acabar com o cristianismo inconsequente, firmada apenas de pai para filho,

através do batismo. De quem é isto?

Do bispo cearense Paulo Ponte, ao analisar o crescimento dos católicos da América Latina. E o Papa Paulo VI também se pronunciou. Em mensagem enviada a D. Aloísio Lorscheider disse que a amplitude, profundidade e rapidez das transformações no mundo em que vivemos, obrigam a aplicar-nos, constantemente, para, em igreja, nos situar, aperceber e discernir os sinais dos tempos. É isto: acompanhar o tempo, sentir que mudou, ver as transformações e perseguir seu acompanhamento. Eis aí a verdadeira Igreja de Deus. A igreja do povo de Deus. A igreja, como disse o bispo Casaldaglia Plá ao POLITIK, dos povos oprimidos do Senhor. Uma igreja que procura desempenhar sua função social; que busca encontrar os caminhos que a levem de volta ao povo, onde está o esteio da fé; que consiga concentrar, em sua volta, toda a força milenar de lutas, muitas delas pela própria sobrevivência. Não constroem as agressões. Não levam a nada os vilipêndios. A igreja é, pode ser, deve ser e, certamente, será, a grande aliada do povo na busca de sua verdadeira afirmação. A igreja é válida a partir do momento em que abandona o pieguismo e o conformismo e parte para a luta em favor dos povos que representa. Esta é a igreja de Deus. A igreja dos povos oprimidos de Deus. Uma igreja em que não há crises.

AGENDA

♦ Da Fundação Getúlio Vargas vem a informação: a alta dos preços, em janeiro, foi de 1,2%, inferior à registrada no ano passado, 1,7%, que teve na brusca subida da carne seu principal estimulante. No índice geral dos preços — que mede a inflação do país — a alta foi de 1,7%, no conceito de disponibilidade interna e no de oferta global. Engraçado, se qualquer um de nós vai à feira, por exemplo, verifica uma majoração nos preços bastante superior ao índice estabelecido. Se se procura locar um imóvel, há a mesma constatação. Se se vai pagar impostos estaduais, está, é claro, muito acima. Se se vai comprar gêneros alimentícios, está lá o aumento gritante. Mas, de repente, vem a Fundação Getúlio Vargas e diz: o aumento foi de apenas 1,2%. E nós todos acreditamos. Será?

♦ Conforme previu o Antônio Calegari em sua análise sobre a situação pré-eleitoral francesa, as coisas não estão bem paradas para o presidente Georges Pompidou. E a tal ponto que o presidente de todos os franceses já passou subliminarmente para a faixa das ameaças, advertindo o povo para a repetição de um novo mal de 1958, a guerra das barricadas, esse a coligação de esquerda venceu as eleições. Dizendo-se um defensor

intransigente da Constituição que lhe outorgou o povo, Pompidou deixou claro, segundo despachos da UDI e da AFP, que não vai tolerar o governo com maioria socialista-comunista. Elementar, caro Georges, V. Excia. só tem aquelas quatro saídas que o Calegari apontou. E mais nada.

♦ Falando de exterior, aproveitamos e vamos até o Japão. Há alguns números, o Hélio Duque mostrou, aqui em POLITIKA, que os japoneses eram, a curto prazo e potencialmente, os que representavam maiores perigos e problemas para a desnacionalização de nossa economia. Embora os Estados Unidos continuem liderando a lista de países com investimentos e reinvestimentos no Brasil, é o Japão que se mostra mais interessado em aumentar sua participação. Agora mesmo, semana passada, o presidente Garrastazu Médici recebeu uma delegação do grupo Mitsubishi, que está interessado, sem se preocupar com o setor industrial, em investir mais de um bilhão de dólares. Ora, com salários baixos, mão-de-obra abundante, matéria-prima a não faltar e incentivos fiscais, qualquer um quer investir. Ou não é?

♦ A Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro sempre tiveram

muitas coisas em comum. Por ser a Capital Federal durante algum tempo, a Guanabara asfixiou, de certa forma, o Estado do Rio, não o deixando respirar os ares do desenvolvimento. E o exemplo mais marcante disto é que todos, realmente todos, os meios de comunicação de penetração lá são saídos daqui. Seja televisão, rádio, jornal ou revista. Agora, foi descoberta mais uma coisa em comum: a mesma administração estadual. Enquanto a Guanabara se requinta tecnicamente para lançar seu dejetos ali perto da Gruta da Imprensa, na avenida Niemceier, o Estado do Rio, modestamente, lança-os às ruas centrais de Niterói. A poluição marinha de Chagas Freitas opõe-se a poluição asiática de Raimundo Padilha. Parece até brineadeira.

♦ Outra internacional — que é para vocês fazerem suas comparações: o general Alfredo Stroessner foi eleito, domingo último, pela quinta vez consecutiva para a Presidência da República do Paraguai. A frente do governo desde 1954, em agosto, Stroessner iniciará seu quinto período presidencial, que deveria ser o último, conforme determina a Constituição do país, mas que será renovável, graças ao fato de que a Carta será modifica-

da legalmente em breve. Três médicos concorreram com Stroessner ao pleito, porém a oposição paraguaiá, outrora forte e organizada, está acéfala desde a ascensão do general-presidente, que se converteu no mais perfeito e imbatível demolidor de oposições: quer via prisões quer via desaparecimentos quer via mortes naturais. Quesque tandem?

♦ Embora venha acompanhada dos desmentidos de praxe, a crise, artificial é bom que se diga, do dólar norte-americano tem reflexos automáticos e diretos na economia brasileira. Como da vez anterior em dezembro de 1971 — cuja extensão foi muito maior, a ponto de obrigar Richard Nixon a tomar medidas protecionistas contra seus parceiros econômicos — a atual crise do dólar norte-americano é orientada a partir de mercados e especuladores cambiais europeus. Mesmo artificial é claro que a crise há de influir diretamente na economia brasileira: só que não será sentida de forma direta e objetiva, como no caso da Alemanha Ocidental — cuja pressão sobre o marco é terrível —, graças à política de realidade cambial, que se utiliza das desvalorizações do cruzado em tais circunstâncias.

Originalmente preparado para fazer parte de um recurso a ser apresentado ao Supremo Tribunal Federal — um *nabeas corpus* preventivo contra a então recente lei que determina a censura prévia em publicações nacionais — o que, de resto, não chegou a se concretizar, este estudo de Roland Corbisier, agora refundido a pedido de POLITIKA, é uma visão filosófica e teórica da censura como instrumento de cerceamento da liberdade, quer de criação intelectual quer ideológica, onde está destacado seu relacionamento com o estado democrático. Como afirma seu autor, analisando o problema de um ponto de vista teórico ou filosófico devemos indagar o que é a censura, quais os instrumentos por meio dos quais se exerce e que contradições apresenta com o estado democrático. Indague, leitor, e procure as respostas neste estudo, cuja conclusão é simples e veemente: o estado democrático, em nome da democracia, não pode exercer a censura. Um trabalho como esse representa, para POLITIKA, sua contribuição para que as futuras gerações tenham os elementos essenciais à análise crítica e a um enfoque dialético adequado de períodos históricos ainda discutíveis que por falta de dados, análises e exposições isentas passam por obscuros e ininteligíveis. (A Editoria).

A censura no estado democrático

- Se tivessem plena consciência do que fazem, os censores ou críticos seriam também filósofos. Todavia, se fossem filósofos, sem dúvida, seriam críticos, mas certamente não seriam censores.

- A crítica é exercida por uma pessoa física, responsável pelo que faz. A censura é exercida pelo Estado, em cuja máquina a responsabilidade se dilui e desaparece.

- A figura do censor é contraditória ou absurda. O censor não pode ser censor.

- tanto por ser quanto por não ser intelectual.

- A atividade intelectual é incompatível com a censura, não só porque exige a liberdade, mas porque consiste na atividade do espírito, que ou se exerce livremente ou não se exerce.

- O Poder Público não pode exercer a censura em nome dos valores cristãos porque não é intérprete desses valores, e, além de não ser a Igreja, não é nem mesmo cristão.

- Assim como o Estado assegura a convivência das várias religiões, assim também deve assegurar a convivência das várias éticas que nelas se fundam. O Estado não pode censurar nem em nome da religião nem em nome da ética.

- Não é coerente, em nome da democracia, cujo fundamento é a liberdade, exercer o policiamento do espírito, censurando o trabalho intelectual e artístico.

Censura é uma agressão

1 — Que é a censura?

Poderia parecer supérfluo indagar pelo significado de uma instituição de que a imprensa se tem freqüentemente ocupado e que constitui, no momento atual da vida brasileira, objeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional.

Atendendo, porém, à cautela socrática, que recomenda admitir a ignorância daquilo que presumimos saber, indaguemos, inicialmente o que é, ou em que consiste, o que costumamos chamar de censura.

Em lugar de partir de uma definição abstrata, procuremos desentranhar a idéia, ou a noção de censura, da descrição da própria atividade em que a censura consiste e através da qual se exerce e, conseqüentemente, se revela. Ao tentar essa descrição, verificaremos que a instituição da censura só pode ser compreendida em função de uma totalidade que a transcende e condiciona, constituindo o que, em linguagem kantiana, deveríamos chamar de pressupostos ou condições de possibilidade.

Perguntemos que é censurar, ou seja, em que consiste a atividade de censor. O funcionário incumbido dessa tarefa, recebe, da autoridade competente, um livro, digamos, a respeito do qual deve emitir parecer, pronunciando-se sobre a conveniência ou não de que seja publicado. O parecer supõe, obviamente, a leitura do livro, mas, além da leitura, a crítica e o julgamento da obra, sua absolvição, que corresponde ao *nihil obstat* e ao *imprimatur*, ou sua condenação, que equivale ao interdito de entregar ou revelar a obra ao público.

No processo em que a censura consiste, há um momento decisivo, o momento crítico, de avaliação da obra. Ora, se censurar é criticar, a fim de julgar, decidindo se a obra deve ou não ser publicada, é para o ato de criticar que deveremos voltar a nossa análise.

Que é criticar? Criticar é formular, em relação à obra que se exa-

mina, um juízo de valor e não de realidade porque, a realidade, é a própria obra a ser avaliada pela crítica. Mas, que é um juízo de valor? Um juízo de valor, ao contrário de um juízo de realidade, é uma proposição que atribui à obra considerada, ou lhe nega, este ou aquele valor, considerando-a, ou não, verdadeira, bela, autêntica, significativa, oportuna, importante, etc. Não nos basta, porém, dizer que criticar é formular juízo de valor porque, prosseguindo na análise, deveremos indagar em que consiste essa operação da qual resulta a formulação dos juízos de valor.

Para que possamos considerar a obra verdadeira ou bela, por exemplo, é indispensável que, previamente, a tenhamos referido a uma tábua ou repertório de valores em que se definem a verdade e a beleza. Se não dispuséssemos dessa tábua de valores não poderíamos transcender a obra e criticá-la, ficaríamos enclausurados em sua imanência e nada poderíamos dizer a seu respeito. Dando um passo adiante, verificamos que criticar, ou formular juízos de valor, é comparar a realidade, a obra que temos diante de nós, com uma tábua de valores previamente definida e aceita. Se nada sei, a respeito da verdade, como poderei saber que determinada obra é verdadeira ou falsa? Se não disponho de uma prévia noção da beleza como poderei qualificar de bela a obra que tenho em minhas mãos?

Se criticar é julgar e se julgar é formular juízos de valor, esse julgamento, por sua vez, supõe um confronto, ou uma comparação, como acabamos de ver, entre a obra que se critica, ou julga, e a tábua de valores previamente conhecida e aceita. O problema proposto por Sócrates, na *Menon*, conserva toda sua dramática atualidade, pois aquele que procura e encontra, deve ter certa pré-ciência daquilo que procura, sem a qual não poderia reconhecer o que encontra ao encontrá-lo, o que nos leva a concluir que conhecer é sempre reconhecer.

O pressuposto da crítica, portanto, que consiste, como acabamos de dizer, no confronto entre a obra, ou a realidade, e o ideal, ou o valor, é a prévia existência e aceitação de determinada tábua ou hierarquia de valores, religiosos, filosóficos, ideológicos, éticos, estéticos, políticos, jurídicos, etc., ou, para usar outra expressão de sentido equivalente, a prévia aceitação de uma *weltanschauung*, como dizem os alemães, isto é, de uma visão do mundo. Essa visão do mundo, implícita em nossa conduta ou explícita em nossa consciência, é a totalidade a que fizemos referência no início deste tópico. A obra em exame, por exemplo, será significativa ou importante se apresentar relação expressiva com a totalidade, ou o mundo tal como o vemos ou tal como se apresenta à nossa visão.

Não há como se conceder

As categorias de que a crítica se utiliza, na avaliação e no julgamento da obra examinada, inscrevem-se, pois, nessa visão do mundo que determina o que é essencial ou acidental, importante ou irrelevante, significativo ou insignificante, prioritário ou secundário, oportuno ou anacrônico, além de verdadeiro ou errôneo, belo ou feio, justo ou injusto, moral ou imoral, sagrado ou profano, etc. Tributárias de determinada cosmovisão, as categorias de que a crítica se utiliza implicam não só essa vinculação a certa tábua de valores, mas a dependência recíproca de umas em relação às outras, pois, a rigor, não passam de momentos ou de aspectos da mesma totalidade. Assim, por exemplo, para uma visão religiosa do mundo, o sagrado, por ser a categoria fundamental, coincide com o essencial, o importante, o verdadeiro, o belo, o moral, o justo, etc. Para uma visão leiga ou profana do mundo, ao contrário, o sagrado não é um valor, a não ser na medida em que adquiere expressão estética ou histórica, caso em que não vale como sagrado, mas enquanto estética ou historicamente valioso ou significativo.

Pouco importa que os críticos, ou os censores, ao exercer a crítica, ou a censura, tenham ou não consciência de que o exercício de sua atividade envolve a aceitação prévia de determinada visão do mundo e da tábua de valores que lhe é correspondente. Se tivessem plena consciência do que fazem, das condições de possibilidade e do significado de sua atividade, não seriam apenas críticos, ou censores, mas filósofos. Todavia, se fossem filósofos, sem dúvida seriam críticos — que é a filosofia senão a crítica radical? — mas certamente não seriam censores.

Dizer que a censura consiste na crítica e a crítica na formulação de juízos de valor, e a formulação dos juízos de valor no confronto da obra com determinada tábua de valores, etc., não esgota, porém, a essência da idéia ou noção de censura, pois se é verdade que toda censura é uma crítica, nem toda crítica é censura.

Quando um crítico literário comenta, em jornal, revista ou livro, uma obra já publicada, não faz evidentemente trabalho de censura, uma vez que a obra que analisa e julga se acha entregue ao público sem que a crítica tenha tido a menor interferência em sua edição e publicação.

Ao contrário da censura, portanto, a crítica se exerce após a publicação da obra e se exerce, também, publicamente, em jornal, revista, etc. A censura, além de ser anterior à publicação da obra, não se exerce pública mas secretamente, no segredo das repartições oficiais. Além disso, enquanto a crítica é exercida por autores conhecidos, pois é um gênero literário como outro qualquer, a censura é exercida por funcionários anônimos, cujos títulos e credenciais o público desconhece. A crítica é exercida por uma pessoa física que assume a responsabilidade pelo que escreve, ao passo que a censura é exercida pelo Estado, em cuja máquina a responsabilidade se dilui e desaparece.

Verificamos, assim, que embora a censura inclua a crítica, com ela não se confunde, pois é a crítica oficializada e institucionalizada, exercida em nome das razões de estado, e da ideologia, implícita ou confessada, que racionaliza e procura universalizar os interesses particulares das classes dominantes, e se traduz em expressões perifrásticas tais como as tradições do País, a ordem interna, a segurança nacional, a tranquilidade das famílias, a moral e os bons costumes, etc., referenciais ou critérios que, embora possam ser válidos em outros níveis ou registros, são estranhos em relação à obra que se critica, critérios esses de que o crítico jamais se proporia utilizar. Pois assim como o trabalho de ciência só pode ser julgado em função de critérios científicos, a obra de arte só pode ser criticada à luz de critérios estéticos, a filosófica de acordo com critérios filosóficos, e assim por diante. A pretensão de aplicar referenciais heterogêneos em relação à obra que se critica torna impossível a sua compreensão e, portanto, a sua crítica.

2 — Os instrumentos da censura

Não basta, porém, definir a censura, descrevendo a atividade em que consiste, porque essa atividade não é exercida pelo estado propriamente, enquanto pessoa jurídica de direito público, embora o estado a oficialize e remunere, mas por pessoas físicas, quer dizer, pelos censores.

Ao instituir a censura prévia, o estado se vê na contingência de recrutar o pessoal incumbido de exercê-la, o corpo dos funcionários encarregados de ler, criticar e julgar as obras que lhes são encaminhadas, decidindo sobre a conveniência de publicá-la ou não.

Figura absurda; o censor nada é mais que imagem

O primeiro problema que se apresenta ao poder público, às autoridades incumbidas de montar a máquina inquisitorial, é o do critério a adotar na escolha e na designação dos censores, que passarão a constituir imensa banca examinadora, ou tribunal com centenas de juizes, diante dos quais deverão comparecer, compulsoriamente, todos os representantes da *intelligentia* nacional. Normalmente, quando se organiza uma banca examinadora, ou um tribunal, o critério que se adota, na escolha e na designação dos examinadores ou juizes, é o da competência em relação à matéria ou às matérias em exame, e, no caso dos tribunais, o conhecimento das leis supostamente violadas pelos réus. Seria uma insensatez, que a ninguém ocorreria cometer, indicar biólogos para examinar matemáticas ou, inversamente, matemáticos para examinar biologia, e igual insensatez seria designar médicos ou engenheiros, e não advogados, para os tribunais de justiça.

A especialização, ou a particularização crescente do conhecimento, torna cada vez mais inviável o saber enciclopédico, que caracterizou alguns filósofos da antiguidade, como Aristóteles, ou dos tempos modernos como Leibniz e Hegel. A especialização reduziu a competência de cada um ao âmbito limitado da ciência particular a que se dedica, impedindo o domínio simultâneo das demais ciências ou setores do conhecimento. A autoridade, ou a competência, fica assim condicionada ao parcelamento do saber, à limitação e à aprofundamento no âmbito de uma só disciplina. Digamos, de passagem, que esse é um dos aspectos mais dramáticos da crise da ciência em nosso tempo, da qual, aliás, já se tem ocupado abundantemente homens de ciência e filósofos.

Mencionamos esse problema porque as equipes de censores deverão enfrentar toda a produção intelectual do País, em todos os ramos da ciência e da arte, da filosofia e da religião. Banca examinadora e tri-

bunal, ao mesmo tempo, pois cabe ao colégio de censores defender, acusar e julgar, deveria constituir-se de representantes de todos os ramos do conhecimento e de todas as especializações da ciência, da criação artística, da reflexão filosófica e da meditação teológica.

Pois é evidente, como o dissemos, que só um matemático pode examinar e julgar um trabalho de matemática, só um físico um trabalho sobre física, só um historiador uma obra de história, só um filósofo um ensaio de filosofia, e assim por diante. O colégio dos censores deveria, portanto, levando-se em conta apenas o critério da competência, compor-se de uma legião de especialistas que esgotassem todos os ramos existentes do conhecimento e da criação estética. Não poderiam, obviamente, ser estudantes ou amadores, mas cidadãos formados, aprovados em exames, provas ou concursos, presumidamente tão competentes quanto os autores das obras que deverão censurar.

Se admitirmos, portanto, como não poderíamos deixar de admitir, que o critério da competência é prioritário na seleção dos censores, deveremos concluir que esses censores só poderão ser recrutados no seio da própria *intelligentia* do País, porquanto, se forem recrutados fora dela, carecerão da competência indispensável ao exercício da função. Pois os funcionários públicos, ou burocratas, pelo simples fato de serem funcionários ou burocratas, não têm títulos nem credenciais que os habilitem ao desempenho de tarefa tão difícil e de tamanha responsabilidade. O poder público, pelas razões expostas, será obrigado a apelar para os representantes da *intelligentia* sob pena de não ter pessoal habilitado ao exercício da função.

Ora, o critério da competência, embora seja prioritário, não pode ser o único na escolha dos critérios oficiais. E, por que? Porque pode ocorrer que uma sumidade, como se costuma dizer, em determinada ciência, ou ramo do conhecimento,

person dotada da maior competência, seja do ponto de vista ideológico, contrária ou hostil ao governo. Nesse caso, a competência seria, nos olhos do estado, menos importante do que a fidelidade ao Governo e a aceitação de sua ideologia.

A alternativa que se apresenta ao poder público, empenhado em oficializar e institucionalizar a crítica da produção intelectual e artística do País, é, portanto, a seguinte: ou, de acordo com o critério da competência, recruta os censores no seio da *intelligentia* e, nesse caso, corre o risco de que os escolhidos sejam ideologicamente contrários ao Governo; ou, então, de acordo com o critério de fidelidade ao regime e às instituições, escolhe funcionários que, embora ficiis por serem incompetentes não se acham habilitados ao exercício da crítica oficial. A única hipótese que permitiria evitar o dilema, abrindo uma terceira possibilidade, seria a de encontrar censores que fossem, ao mesmo tempo, competentes e ficiis ao regime. Ora, a *intelligentia*, pelo simples fato de ser *intelligentia*, é crítica, e portanto, revolucionária, o intelectual conservador representando, por assim dizer, uma contradição nos termos.

No Ocidente, a tradição tem dois mil e quatrocentos anos, e remonta ao século IV antes de Cristo, ao processo de Sócrates. Cida dã o exemplar, soldado corajoso, mestre gratuito da sabedoria, pobre e sóbrio, empenhado apenas em desalienar os seus concidadãos, convertendo-os à consciência da própria ignorância, nome patronímico da filosofia ocidental, aquele que Erasmo de Rotterdam chamaria, na Renascença, de Santo Sócrates, foi condenado a beber sicuta sob a dupla acusação de corrupção e de subversão. A rigor, quem era esse inquiridor infatigável, esse obstetra das essências, esse herói da consciência moral? Sócrates era o representante do espírito, entendido hegelianamente, como negatividade infinita. Sua função era negar, testar, criticar, e, assim, afirmar a liberdade da consciência humana.

Se tomarmos o mestre Platão como paradigma do intelectual, verificaremos que a figura do censor, isto é, do crítico oficial, a serviço do estado e por ele remunerado, é uma figura contraditória e, por isso mesmo, inviável. A propósito, como vimos, duas hipóteses podem ocorrer: o censor não é um intelectual e, nesse caso, não tem títulos, nem credenciais, nem competência, para exercer a função; o censor é um intelectual e, então, também não pode exercer a censura porque, enquanto intelectual, seu compromisso único é com a verdade e não com os interesses do estado, da classe ou grupo que eventualmente o domina. A figura do censor é, pois, contraditória ou absurda. O censor não pode ser censor tanto por não ser quanto por ser intelectual.

A atividade intelectual é totalmente incompatível com a censura não só porque exige a liberdade, mas porque consiste no exercício da livre atividade do espírito; atividade de essa que, ou se exerce livremente, ou não se exerce. Não posso pensar predeterminando o resultado

de minha reflexão, preocupado em fazer que meu pensamento coincida com determinada ortodoxia religiosa ou filosófica, ou se ajuste às exigências da ideologia do estado. Se, ao iniciar a pesquisa, seja de que ordem for, não sei de antemão a que resultado poderei chegar, mas se admito que, empenhando a pesquisa com inteira liberdade, e preocupado apenas com a verdade, posso chegar a um resultado suscetível de ser considerado subversivo, é óbvio que essa preocupação prejudicará, ou comprometerá, desde o início, a própria pesquisa. Pois, como já se disse, o primeiro dever de quem procura a verdade não é caminhar em linha reta, na sua direção, sem olhar nem à esquerda nem à direita? Esse compromisso com a verdade, que caracteriza e define o estatuto do intelectual, não afeta, portanto, apenas o resultado da pesquisa, uma vez que a procura da verdade deve ser ela própria verdadeira, sendo a pesquisa verdadeira a verda de desdobrada, cujos membros esparsos se reúnem no resultado.

A censura prévia, e a censura é necessariamente prévia, não incide apenas sobre os resultados ou frutos do trabalho intelectual, científico ou artístico, mas envenena na própria origem, na fonte mesma, esse trabalho. O espírito da censura nos inibe e paraliza a cada passo que damos em frente. E a pesquisa passa a ser atormentada pelo inevitável temor de chegar a um resultado que, embora verdadeiro, não se ajuste à ortodoxia estabelecida pela inquisição.

3 — A censura e o estado democrático

A censura, como acabamos de verificar, implica a adoção, pelo estado, de uma ortodoxia, ou de uma ideologia, em nome da qual os produtos do trabalho intelectual e artístico podem ser criticados e julgados. Se não adotasse ideologia alguma, por mais primária e toca que possa ser, não teria, o estado, os referenciais e os critérios necessários, ou melhor, indispensáveis ao exercício da crítica oficial.

Na realidade, a ideologia adotada ou professada pelo estado homologa e tenta legitimar os interesses particulares das classes dominantes, aos quais procura atribuir validade universal. Pode ser mais ou menos consciente, formulada com maior ou menor grau de coerência, pouco importa. Quanto ao essencial, a ideologia dominante deve refletir, com exatidão, os interesses fundamentais das classes dominantes. Se contrariasse esses interesses, deixaria de ser a ideologia da classe dominante e conseqüentemente, a ideologia dominante. E é em nome dessa ideologia que o estado se propõe a exercer a censura.

Qual é, indaguenos agora, ou qual pode ser a ideologia do estado que, por hipótese, pretende oficializar e institucionalizar a crítica prévia da produção intelectual e artística do país? Não se trata, obviamente, de um estado qualquer, indefinido ou indeterminado, mas, ao contrário, de um estado perfeitamente definido e determinado, com constituição, leis, tribunais, etc.

O estado não pode censurar

Em relação a esse estado, e no que se refere à sua ideologia, três hipóteses devem ser examinadas, levando-se em conta que, no mundo contemporâneo, só há três ideologias com vigência histórica: o cristianismo, o racionalismo democrático-burguês e o marxismo.

Examinemos, sucessivamente, as três hipóteses, a fim de verificar, por exclusão, qual a ideologia do estado que ameaça tornar-se censor e mostrar, ao mesmo tempo, que é em nome da ideologia que adota e proclama que o estado em questão entra em total contradição consigo mesmo ao oficializar o projeto inquisitorial.

Admitamos, para argumentar, que a ideologia do estado seja o cristianismo. Nessa hipótese, o estado adotaria uma religião, com exclusão das demais, e deixaria de ser estado apenas para tornar-se também igreja. Ora, o estado de que nos ocupamos está separado da igreja e, por isso mesmo, é leigo ou agnóstico em matéria de religião, não adota nenhuma em particular mas garante ou assegura o exercício de todas em geral. E, precisamente por não ter religião alguma, é reconhecido e aceito, como instância neutra, por todas as confissões religiosas, às quais proporciona indistintamente o mesmo tratamento. Pois o cidadão cristão ou positivista tem, em relação ao estado, os mesmos direitos e as mesmas obrigações que o cidadão israelita ou umbandista. Ao separar-se do estado, a religião deixou de ser coisa pública para tornar-se assunto particular, afeto à consciência de cada um, referente à vida privada do cidadão e não à sua vida enquanto membro do estado. A privatização da crença religiosa é, assim, a contrapartida da laicização do estado. O poder público não poderia, conseqüentemente, exercer a censura em nome dos valores cristãos pelo simples fato de que não é nem intérprete nem representante desses valores, e, além de não ser a igreja, não é nem mesmo cristão. Se a ideologia fosse o cristianismo, quem teria autoridade e competência para exercer a censura seria a igreja à qual o estado deveria então submeter-se. A igreja, sem dúvida, exerce a censura, incluindo no *index librorum prohibitorum* as obras que lhe parecem heterodoxas ou heréticas por dissentir do dogma e da sua interpretação tradicional. Só o pode fazer, no entanto, porque se considera depositária e de-

fensora desse dogma, cuja integridade e pureza se julga incumbida de preservar.

Mesmo no âmbito da igreja, no entanto, a censura revela a sua incompatibilidade ou o seu antagonismo com a atividade do espírito e a livre procura da verdade. Bastaria lembrar, entre inúmeros exemplos, o de São Tomás de Aquino, o Doutor Angélico. No século XIII, o autor da *Suma Teológica* teve inúmeras de suas teses condenadas por Etienne Tempier, Bispo de Paris, e por Robert Kilwardby, Arcebispo de Cantorbéry, Primaz da Inglaterra, que condenou, em particular, a tese da unidade da forma substancial, por provocar, na ocasião, um escândalo quase infinito. Esse mesmo teólogo, no entanto, seria proclamado, mais tarde, teólogo e filósofo oficial da igreja católica. A heresia de ontem tornava-se a ortodoxia de hoje. Na atualidade, a obra de Theillard de Chardin reedita, de certo modo, o episódio, dividindo as correntes mais significativas do pensamento cristão.

Poder-se-ia, ainda, alegar, reconhecendo não ser possível ao estado exercer a censura em nome de uma religião que não o autoriza a fazê-lo, que cabe ao estado, não em nome da religião, mas da ética que nela se fundamenta, censurar em defesa da moral dos bons costumes. Observemos, desde logo, que o estado não é uma instância ética, mas político-jurídica e só contém de ético o que está incluso no próprio direito. A esfera do ético, assim como a do religioso, é a esfera do estritamente privado, não interessando ao estado senão na medida em que transborda do ético propriamente dito para invadir o político e o jurídico.

Do mesmo modo que assegura a conveniência de várias religiões, deve o estado assegurar a coexistência das diferentes éticas que nelas se fundam, achando-se impedido de privilegiar qualquer uma delas, porque, se o fizesse, estaria patrocinando, indiretamente, a religião que lhe serve de fundamento. Assim como não pode censurar em nome da religião, assim também não pode censurar em nome da ética.

Mas, admitamos, aceitando uma discutível distinção entre ética e moral, que o estado possa censurar na defesa da moral e dos bons costumes. Nesta hipótese, a moral e os bons costumes parecem identificar-se. Consideremos, pois, os bons costumes que, como acabamos de ver, devem coincidir com a moral e a ela adaptar-se. A qualificação, no entanto, permite supor que haja, além dos bons, os maus costumes, ou os costumes dos maus. Ora, que é um costume? Um costume é um hábito, aquilo que se faz habitualmente, repetidamente. Os costumes sociais são, portanto, os hábitos sociais. Mas, para que um costume seja um hábito social, é indispensável que seja um costume da maioria daqueles que compõem a sociedade. Se adotássemos outro critério para qualificar os costumes sociais, deveríamos, ainda uma vez, recorrer a uma religião determinada, na qual se fundamentaria a boa qualidade de tais hábitos. Se aceitássemos essa hipótese,

esbarraríamos novamente, nas mesmas dificuldades já mencionadas. Na impossibilidade de adotar o critério religioso e ético, somos compelidos a utilizar o último que nos resta, o critério estatístico. Os bons costumes, ou os bons hábitos, são os costumes, ou os hábitos da maioria. Ora, os costumes sociais, quer dizer, da maioria dos membros da sociedade, variam no tempo e no espaço, e especialmente no tempo, considerando-se a mesma sociedade. Importa observar, além disso, que a norma ou padrão dos bons costumes, majoritários, por isso mesmo, é estabelecida pela classe dominante, que é também a classe politicamente dirigente. Se aprofundássemos a análise, verificávamos que os bons costumes são bons porque contribuem para manter o *statu quo* e os maus costumes são maus porque representam ameaças ou atentados a esse mesmo *statu quo*.

A escravidão foi, no Brasil, durante séculos, um bom costume porque, além de rentável, praticado, com boa consciência, por todos os proprietários rurais. Hoje, esse bom costume de ontem nos parece um atentado intolerável à dignidade do ser humano. Um exemplo mais remoto nos mostraria que a cobrança de juros, a usura, que era pecado na Idade Média, é hoje um bom costume dos estabelecimentos de crédito e mesmo de particulares.

Assim sendo, que costumes cabe ao estado defender e preservar? Os da maioria, que, por serem da maioria são bons, embora possam ser maus, do ponto de vista religioso, ético ou mesmo científico? O fato da maioria beber e fumar tornará o hábito da bebida e do fumo um bom hábito? A ciência condena tanto um quanto outro, mas a publicidade nos incita, continuamente, a cultivar tais vícios. Com quem ficará o estado, com o costume da maioria, que embora seja da maioria é mau, ou com o conselho da ciência, que condena tais hábitos? Nessa hipótese, porque não censurar previamente a publicidade do fumo e do álcool? Tais contradições nos parecem deixar claro que é inviável a pretensão do estado de censurar em nome da moral e dos bons costumes, simplesmente porque, a rigor, o estado não sabe nem o que é a moral nem quais são os bons costumes.

Excluída a hipótese da ideologia religiosa, ou da religião adotada como ideologia, bem como da moral e dos bons costumes, restam as duas outras, já mencionadas, o racionalismo democrático-burguês e o marxismo, referido em último lugar por ser historicamente posterior à ideologia da revolução francesa.

A partir do momento em que o estado adota uma filosofia, corre o risco não só de transformá-la em ideologia, o que é inevitável, mas em dogma, compulsoriamente imposto, em nome do regime, da segurança nacional, etc. Embora seja uma filosofia, quer dizer, um pensamento crítico, revolucionário, o marxismo, durante a fase stalinista, converteu-se em dogmática oficial, dando origem à intolerância, à censura, à repressão cultural e a todas as deformações que caracterizadora, desse ponto de vis-

Criar é ato de liberdade

ta, as primeiras décadas da revolução de outubro. Todavia, o estado, embora repressivo, exercia a repressão em nome de uma ideologia, de textos, adotados como se fossem a bíblia, e interpretados pelos burocratas constituídos e novo tribunal do santo ofício. Não é por coincidência que a esclerose do marxismo, enquanto pensamento crítico, coincidem com a instauração de um regime autocrático, cujos erros e desvios não seriam denunciados apenas pelos adversários do regime, mas pelos próprios russos, no surpreendente relatório Khrouchtchev que deveria desencadear o processo de desestalinização.

Em relação ao estado de que nos ocupamos, cuja posição é confessadamente anti-marxista, ou anti-comunista, resta considerar a terceira hipótese, da ideologia democrático-burguesa e verificar se, em nome dessa ideologia, é lícito e coerente exercer a censura.

Podemos, sem dúvida, dar às palavras que empregamos o sentido que quisermos, contanto que tenhamos a cautela prévia de definir esse sentido. Não podemos, porém, alterar arbitrariamente a significação de determinados vocábulos, significação que lhes foi atribuída, não por nós, mas por milênios de história. Não é lícito, portanto, utilizar um termo que tem uma significação determinada para designar uma realidade que não corresponde, de modo algum, a esse significado.

A definição da democracia requer, conseqüentemente, não só a consulta aos textos fundamentais do pensamento político, tais como *A República* e *As Leis* de Platão, *A Política* de Aristóteles, *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, o *De Regimine Principum* de São Tomás, *Do Espírito das Leis* de Montesquieu, *O Contrato Social* de Rousseau, etc., mas também a observação dos estados que historicamente se apresentam como exemplos desse regime. Seria trabalho de simples erudição transcrever as definições que, da democracia, nos apresentam esses autores, ao distingui-la da monarquia e da aristocracia, e ao examinar o processo pelo qual esses regimes se corrompem ou podem corromper-se em tirania, oligarquia e demagogia.

Admitindo que, de acordo com a teoria política e a história, a democracia seja o governo da maioria, do povo, pelo povo e para o povo, e cujos princípios constitutivos são a liberdade e a igualdade, como nos ensina Aristóteles, no Livro VI, Capítulo IV, § 2º da *Política*, verificamos não ser lícito, nem coerente, em nome da democracia, exercer o policiamento do espírito, cerceando a liberdade de pesquisa de crítica e de criação, mediante a censura prévia do trabalho intelectual e artístico.

Apoiado

Pereira Lopes (presidente da Câmara dos Deputados) falou na Assembléa Nacional portuguesa, valendo-se da modificação do regimento interno daquela câmara corporativista e atendendo a convite do presidente deputado Amara! Neto. Depois foi visitar a colônia de Ultramar Angola.

É o deputado certo na Assembléa certa. Face ao sucesso alcançado, outros parlamentares brasileiros serão convidados também a falar para os augustos legisladores portugueses.



CHAGAS FREITAS

Não apoiado

Do Jornal do Brasil — "O governador Chagas Freitas, acompanhado do vice-governador Erasmo Martins Pedro, do coronel Aníbal Uzeda, presidente da Flotur, do Secretário de Planejamento Francisco Melo Franco, e assessores, participou durante duas horas, na madrugada de domingo, do ensaio da Mangueira. Na hora da saída, o governador deu uma volta na quadra, entre os passistas, acompanhando o mestre-sala e a porta-bandeira, sendo homenageado pela diretoria da Mangueira."

Todo mundo estava pensando, ou está pensando, que o governador foi a Mangueira e vai a outras escolas para prestigiar o carnaval, esquecido de que ele sempre fez isso, quando se aproximam as eleições. Seus candidatos estão aí, desde a professora Sandra Salim, ao repórter Carlos Martins, para não falar de outros cães de fila. A tática é a mesma de sempre: enganar os incautos.

Kentaro Takoka (médico e industrial paulista) — "A indústria brasileira de material médico-hospitalar está falindo e duas indústrias estrangeiras, uma japonesa e outra britânica, estão-se instalando no país e deverão absorver o mercado interno".

Como médico e industrial o sr. deve ser doutor em transplantes São consequências do Decreto-Lei 1206, dr. Takoka. Transplanta-se a fábrica estrangeira e extirpa-se a nacional.

Os opositores do Nobel da Paz para Dom Hélder

O silêncio é de ouro, diziam os nossos avós. Apesar de ser de ouro o silêncio muitas vezes incomoda mais do que se estar falando. Muita gente se perde por falar e o pior é que, quase sempre se fala para prestar serviços. Tudo isso vem a propósito de Dom Helder Câmara, obrigado a guardar silêncio internamente, a ouvir e engolir toda uma série de ofensas que lhe é dirigida todo dia por um grupo de pessoas ansioso por prestar serviços, e, como um taumaturgo, entrega tudo ao julgamento de Deus e da posteridade.

Ainda agora, sem que ele se insinuasse, pedisse qualquer coisa ou mesmo saísse de seu retiro espiritual nas dioceses de Olinda e Recife, um grupo de homens de fé de todo o mundo, acreditando no trabalho honesto deste pastor de almas, resolveu indicá-lo como candidato ao Prêmio Nobel da Paz. Bastou que a idéia tomasse forma e ganhasse adeptos em todo o mundo, para que a ira dos áulicos do poder se levantasse contra o humilde padre, mesmo sabendo que Dom Helder Câmara é o porta-voz oficial do Papa Paulo VI para os povos oprimidos do Terceiro Mundo mesmo sabendo que sua luta é no sentido de que não haja tantas desigualdades. Mesmo sabendo que ele não pediu nada, não mobilizou opiniões, não comprou ade-

sões, mesmo porque ele é pobre e não dispõe de poderes persuasivos para isso. Assim mesmo, Dom Hélder encontrou oposição à sua candidatura e, o que é mais grave, somente em seu país. Aqui no Brasil,

Quando todos esperavam que um país com mais de 100 milhões de habitantes, que não tem em sua história uma só alma que tenha, pelo menos, sido cogitada para ganhar um Nobel da Paz. Literatura ou Ciência, e quando o mundo inteiro vê qualidades em um brasileiro de ganhar a laurea que honra qualquer povo, surgem no país desse homem vozes discordantes.

O que recompensa não só a Dom Hélder mas também à voz livre e ao pensamento nacional, é saber que essas vozes não são recomendáveis, aqui ou em qualquer parte do mundo. Que elas sempre estiveram alugadas às forças obscurantistas. Que esses pensamentos negativos, no passado, cometeram as maiores atrocidades contra brasileiros quando alugavam sua força de trabalho a uma ditadura que dominou o país por 8 longos anos. O que recompensa aos brasileiros é saber que uma das vozes que se levanta contra a outorga do Nobel da Paz a Dom Hélder Câmara é a mesma que entregou Olga Benares Prestes, grávida de um brasileiro, a Adolf

Hitler, para que fosse morto nos campos de extermínio da Gestapo. O Brasil apenas se envergonha que este mesmo homem venha a público opinar sobre quem deve ou não deve receber o Prêmio Nobel da Paz.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos distribuiu para todo o mundo, logo após o término da II Guerra Mundial, o seu famoso Livro Branco, em que aparecia o nome de Filinto Muller entre os colaboracionistas do nazismo. David Nasser escreveu um livro famoso — Falta Alguém em Nuremberg — denunciando Filinto Muller como criminoso de guerra travestido de democrata, depois da derrota de Hitler.

O governo dos Estados Unidos, 28 anos depois, aceita que Filinto Muller aliado a Flávio Marcílio e um punhado de energúmenos servidores dos regimes de Franco, da Espanha, Van Thieu, do Vietnã do Sul, Anastácio Somoza, da Nicarágua, e outros regimes de exceção de todo o mundo, indique a candidatura de Richard Milhous Nixon ao Prêmio Nobel da Paz, com o propósito único de derrotar o brasileiro Hélder Câmara.

Mas há um ditado policial muito usado por Sherlock Holmes, que cabe perfeitamente neste caso específico: o criminoso sempre volta ao local do crime.

RESERVADO

A política econômica posta em prática no Brasil contempla um alto grau de sofisticação, em termos de distribuição de renda. O governo baseou todos os seus planos no sentido de satisfazer às necessidades de uma pequena parcela da população — classes rica e média alta — deixando as demais ao desamparo. Com isso, segundo os tecnocratas, 20 milhões de brasileiros terão um padrão de vida elevado, semelhante ao dos países desenvolvidos, no fim do século.

Num país de mais de 100 milhões de almas, o governo administra para 20 por cento da população, deixando que a imensa maioria viva sua vida como a natureza determina ou como as condições impõem. Ou melhor, serão criadas condições tais que 80 por cento da população passará a trabalhar em função desses 20 milhões de privilegiados, eleitos pelos tecnocratas para constituírem a elite da sociedade nova que se está formando.

Para a satisfação dessa filosofia, o planejamento da indústria de bens de consumo está sendo feito

no sentido de contemplar esta parcela da população, destinando uma margem pequena da produção para a exportação. Este planejamento não conduz à solução dos problemas sociais brasileiros, muito pelo contrário, agrava-os, pois não será possível manter por tempo indeterminado uma política de compressão salarial e de achatamento social. Em termos históricos, poderíamos comparar o planejamento da sociedade brasileira atual, com o que fizeram os romanos, antes de Cristo, criando castas sociais, cujos resultados qualquer pessoa comensalmente conhecedora de história tem em mente.

Além desse erro basilar, qualquer país que tenta atingir ao desenvolvimento sem criar um mercado consumidor interno, não pode esperar bons resultados dessa política. Desenvolver uma indústria destinando sua produção à exportação, no mínimo está se cometendo uma das maiores asneiras de que se tem notícia em tempos modernos. Nada mais inseguro, atualmente, do que o mercado de exportação. Todos os países do mundo

estão competindo, e todos os países do mundo estão criando barreiras alfandegárias e estabelecendo taxas protecionistas para os seus produtos. De repente, um produto que vem obtendo aceitação no mercado internacional pode sofrer uma queda brusca. No Brasil há dezenas de exemplos: os tecidos, o café solúvel, os calçados.

Então, a situação tende a se agravar mais e mais, pois os 80 milhões de brasileiros que estão produzindo para a satisfação dos 20 milhões de eleitos do planejamento verão diminuir suas chances de trabalho, não diríamos escravo, mas pelo menos infra-remunerado. Também a elite dos 20 milhões não teria muito chance de manter o seu status social, pois não encontraria mercado para colocar os seus bens de produção. Então voltariamos ao ciclo vicioso do não atendimento das necessidades dos novos patrícios e do agravamento da situação da plebe e o país reviveria, dois mil anos depois, a situação da Roma dos césares.



REQUIEM PARA EZRA POUND

1 — Jorge Luís Borges, cuja obra poética é um equívoco ou um malogro, lembra, a propósito de Pound, a observação de Walter Pater: todas as artes tendem à condição da música, cujo fundo se confunde com a forma. O essencial do verso talvez seja o seu tom, e não sua forma abstrada. Daí a virgindade das traduções de Pound do velho saxão, do latim, do provençal. Ele sabia mal essas línguas.

Mas suas traduções surpreendem as formas miraculosamente fiéis, sem a deferência e o deferimento do fundo.

2 Toda guerra é suja. Todo **establishment** estatal é sujo. Goering respondeu, certa vez, a Neville Henderson, que os campos de concentração não haviam sido inventados pela Alemanha, mas pela Inglaterra, na guerra dos **boers**. O suplício de internamento dos

escritores em sanatórios de loucos, de que hoje se acusa a União Soviética, tem um precedente abominável: o de Ezra Pound pelos Estados Unidos. Pouca gente se lembra de que o poeta nunca foi julgado. Consta em sua ficha de preso, n.º 76.028 — U. S. versus Ezra Pound — **charged with violation of section, title 18, U. S. Code (treason)** — que o julgamento foi subitamente interrompido por uma

ordem executiva de internamento do poeta como alienado mental, no St. Elisabeth's Hospital, onde ele, **il miglio fabbro**, ficou encerrado durante 13 anos. Não se encontrou nenhum crime em seus famosos programas da **American Hour**, na Rádio Roma, além das agudas críticas à irreparável mediocridade de Franklin Roosevelt e das condenações à guerra — não apenas à guerra, mas em protesto contra um sistema que cria uma guerra depois de outra, em série e sistematicamente. Há um pormenor pouco conhecido ou manhosamente escamoteado: ao declarar-se a guerra entre os Estados Unidos e a Itália, Pound quis voltar para seu país, aproveitando o primeiro trem diplomático de 1942. Ordens pessoais de Roosevelt, que não perdoava ao poeta a acusação de violador da Constituição, determinaram um despacho burocrático-militarista ao seu pedido de visto no passaporte: — **Mr. Pound should never again grant passport facilities by this government.** Foi esta uma das razões que deixaram perplexo o tribunal, impossibilitando qualquer condenação. Eustace Mullins, seu biógrafo — **This Difficult Individual Ezra Pound, N. Y., 1961** — lembra: num mundo enlouquecido, ele não cessou de gritar: **parem! parem!** Enquanto milhões mergulhavam as mãos em sangue, ele apenas clamava por paz. A gaiola de ferro em que o enjaularam, ao sol e à chuva, a promiscuidade da prisão entre assassinos, ladrões proxenetas, a escória do exército yanque, que contratara até missões especiais com uma gang da Mafia, comandada por Lucky Luciano, foi muito mais terrível que os internamentos hospitalares de Soljenitsin.

Acreditava que Hitler era um histérico e não via em Mussolini liderança alguma

3 — O governo fascista havia suspenso as irradiações de Pound, pelas mesmas razões de suspeita com que as recebia o governo americano: desconfiava-se de uma emissão em código, naquelas complicadas digressões literárias, em que se misturavam Lincoln, John Adams, passagens gregas e chinesas, na linguagem típica do poeta. Não há uma vírgula de elogio ao nazismo ou ao fascismo, a Hitler ou Mussolini: esse Hitler e esse Mussolini que haviam sido elogiados pelo próprio Churchill. Pois Churchill, numa conferência em Roma, em 1927, comparava Hitler a George Washington. D. H. Lawrence se proclamava entusiasmado com o fascismo. O próprio Rilke, numa de suas cartas da série *Lettres Milanaises*, fala, com deslumbramento, da grandeza de Mussolini. Quanto a Pound, ele mesmo conta: *uma só vez me encontrei com o velho Mussolini e a conversa não agradou nem a ele nem a mim. A Hitler chamou de histérico, e o governo nazista lhe recusou visto ao passaporte, quando tentou visitar a Alemanha.*

4 — Admiráveis a fidelidade e a bravura dos escritores italianos, socialistas, marxistas, membros do Partido Comunista e de todas as posições, de esquerda e de direita, que subscreveram o memorial pela liberdade de Pound. Vale a pena transcrever esse memorial: — Os escritores italianos abaixo-assinados desejam fazer chegar às supremas autoridades políticas e judiciárias dos Estados Unidos da América um ardente apelo para que, uma vez afastados os obstáculos formais que ainda subsistam, seja restituída a liberdade a seu eminente colega Ezra

Pound, internado há dez anos num asilo de loucos, e com mais de setenta anos de idade. Os abaixo-assinados, entre os quais se contam vários anti-fascistas que sofreram condenações sob o fascismo, sem querer entrar no merito jurídico e político da questão, exprimem sua convicção de que Pound é substancialmente inocente e crime de alta traição de que foi acusado numa época de lutas e paixões violentas. Pois, se se quisesse ver em seu comportamento dos anos de guerra um caso de loucura, seria preciso considerá-la como uma loucura poética, como a de Hoelderlin, de Nerval ou de Dino Campana, que o teria mergulhado, como não ocorreu àqueles, numa lamentável aventura. Em consequência, os abaixo-assinados dirigem-se à esclarecida compreensão e à clemência das autoridades americanas, para que seja reexaminado com benevolência o caso, e seja refutada a acusação arguida contra esse ilustre poeta, cujos serviços culturais à América e ao mundo inteiro não podem ser subestimados; e exprimem o desejo de que, uma vez restituído à liberdade, possa o poeta voltar a esta Itália que tanto amava, a fim de ali passar seus dias numa paz laboriosa. Seguem-se as assinaturas: Ignazio Silone, Mário Pràz, Alberto Moravia, Piero Biongiari, Giuseppe Ungaretti, Sandro Penna, Raffaele Carrieri, Piero Mer, Marino Moretti, Líbero de Líbero, Mário Luzi, Leonardo Sinisgalli, Diego Valeri, Sérgio Solmi, Aldo Palazzeschi, Camilo Sbarbaro, Leone Traverso, Don Clemente Maria Roberts, Luigi Bartolini, Gianni Stuparich, Giovanni Papini, Alfonso Gatto, Alessandro Parrondir, Umberto Saba, Eugenio Montale, Virgilio Giotti,

Carlo B. Cesare Zavattini, Sipiò Loproni, Ricardo Bacchalli e Enrico Pea. E, finalmente, as assinaturas de Vittorio Sereni e de Salvatore Quasimodo, acompanhadas de declaração especial. Escritores de todo o mundo fizeram apelos semelhantes e protestos ásperos, destacando-se a comovedora e infatigável batalha de T. S. Eliot, contra a infâmia praticada pelo establishment militar norte-americano contra o mais puro, o mais inocente e o maior dos homens que mamaram em peito de mulher nos Estados Unidos.

5 — De William Carlos Williams, o amigo fiel que o visitara tantas vezes no asilo, a impressão de que ele parecia não guardar nenhuma amargura contra ninguém por sua triste experiência, depois de doze anos.

6 — Talvez sua peripécia política seja uma decorrência de sua peripécia poética. Seu anti-capitalismo, seu socialismo *su generis*, seu anti-militarismo agressivo são uma fusão ou uma confusão de sua poesia. Uma poesia que anuncia o fim do mundo para amanhã, como nota Eugenio Montale, não pode tornar-se moeda corrente neste mundo, obstinado no metalismo, na usura, no dogma monetário, recusando-se à renovação da face da terra.

7 — É uma fraude contra a sua grandeza, um escândalo contra o espírito e uma vergonha contra a história que se gaste tempo em falar de seu martírio, quando o mais importante é a ocupação, a pre-ocupação de sua poesia. Fomos todos punidos, juntamente com ele. Inclusive e sobretudo os que não sabem disso.

8 — Resta-me contemplar o verso da fotografia carinhosa que me enviou a Santiago do Chile, em 1966, já na noite do grande silêncio, agradecendo minhas letras importunas, e onde me escreveu, assinando apenas E. P., com sua letra preciosa, o epitáfio inventado por Lampman: **Here lies Idaho Kid — the only time he ever did.** É este epitáfio que me vem aos lábios, como um responso de requiem, ao ver a metáfora final, na fotografia dos jornais, sobre as águas de Veneza, no féretro marinho. Na metáfora da gôndola mortuária sobre as águas vivas, porque a água elementar e abrangente expressa melhor a universalidade do planeta, por onde pange a língua, a sua língua, o mistério do corpo glorioso

9 — E antes de ancorar no cemitério entre as ondas daquela ilha de San Michele, sobre a qual invoquei seu nome numa noite de Veneza, os monges beneditinos da ilha de San Giorgio, em frente a Piazza San Marco, cantaram missa solene, assistida por pouco mais de cem pessoas que deram a seu testemunho o testemunho do espírito — **Ezra Pound, Ego Scriptor.**

10 — Ninguém se lembra hoje do nome de um só dos capitães de Florença que baniram o Dante. Ninguém se lembra do nome do primeiro-ministro da Inglaterra ao tempo de Shakespeare. Já hoje, passado tão pouco tempo, ninguém se lembra do nome dos algozes militares do exército norte-americano que enjaularam, martirizaram o poeta. Se um dia um desses nomes for lembrado, será apenas para o vilipêndio da história. O nome de Ezra Pound, porém, há de existir enquanto existirem os Estados Unidos da América do Norte. Mais do que isso: enquanto existir a língua inglesa. E mais ainda: aquele país e essa língua se extinguirão, no dia em que se apagar da memória dos homens a presença do poeta.

A ECONOMIA RICA DE UM POVO POBRE

O economista Aristeu Barreto de Almeida, professor da Universidade Federal da Bahia e paranimfo da turma de economista de 1972, no discurso em que agradeceu a homenagem de seus ex-alunos fez uma análise lúcida do quadro social brasileiro, nesta fase em que se convencionou chamar de milagre, apontando as distorções que se vêm verificando na tão comentada

distribuição de renda, que o próprio governo reconhece não ser equânime. Explicou que a queda do poder aquisitivo ou mesmo a não elasticidade do mercado interno foi uma das determinantes que obrigou as autoridades a enfatizar sua política de exportações, inclusive criando incentivo às vendas externas. Por não ser conhecido do grande público e pela importância do trabalho do professor Aristeu, POLITIKA resolveu trazê-lo à luz. Leia-o com atenção. Ele esclarece muitas dúvidas. (A Editoria)

Aos economistas, a sociedade brasileira reserva tarefas importantíssimas no equacionamento e solução de impasses ora evidentes. Os conhecimentos obtidos na Faculdade de Ciências Econômicas precisarão ser acrescidos continuamente, diversificados e complementados com linhas políticas compatíveis com as melhores soluções, para os graves problemas que compõem essa grandeza brasileira, festejada com tanta antecipação.

Com efeito, com população de 100 milhões de habitantes, não mais que uns 20 milhões vivem em condições entre razoáveis e esplêndidas. A despeito da média nacional de renda, ainda tão baixa, na ordem de 480 dólares anuais, um pequeno grupo chega a alcançar os níveis de desfrute dos grupos mais ricos, nos países que já superaram os 2.000 dólares de renda per capita. É que os 80 milhões restantes vivem entre condições sofríveis e sub-humanas, pois são avantajados os contingentes extremamente pauperizados, de desempregados ou marginais econômicos, nas cidades e nos campos.

No âmbito e na tradição de uma péssima distribuição da renda nacional, chegou-se, no passado, a um processo de progresso político e social que, embora ainda deixasse muito a desejar, permitiu que se implantasse uma ideologia de justiça social combinada com a do desenvolvimento. Nessas linhas sem afetar a expansão empresarial, iam sendo atendi-

das, pela luta política e social, por um lado, e pela lucidez de certos líderes, por outro lado, as reivindicações das classes assalariadas, o que resultava, pelo menos, em dois efeitos: permitir que reajustamentos salariais acompanhassem a inflação e garantir a continuidade de emprego para os que se achavam empregados.

A experiência brasileira mostrou que essa política social determinava dinamismo no mercado interno, particularmente nas atividades destinadas à produção de bens-salários — a agricultura e as indústrias tradicionais. Com a mudança dessa política, a capacidade de oferta dessas atividades não encontra, hoje, a contrapartida da demanda popular, resultando em crise em muitos setores, a qual, em parte, está sendo contornada pelos subsídios à exportação.

Naquela política econômico-social, a implantação de novos projetos e o desenvolvimento de atividades pré-existent, vinham permitindo gradual, elevação no nível de participação da população no desenvolvimento da economia brasileira. Em cada censo, o número de empregados industriais e dos serviços crescia ao tempo em que, menos pessoas dedicadas às fainas rurais, passavam a auferir as vantagens de um mercado urbano cada vez maior. Enquanto isso, não parava de crescer o patrimônio dos empresários e conseqüentemente, a capacidade de investir e de dinamizar a economia não cessava.

Mesmo naquela estrutura político-social, já era evidente a ocorrência de capacidade ociosa em inúmeras atividades econômicas, como decorrência do pequeno poder aquisitivo das vastas camadas proletarizadas em todo o território brasileiro. Muitas greves operárias eram desejadas e até sugeridas pelos patrões industriais, como meio de dar vazão a estoques e de assim as fábricas poderem voltar a funcionar sem problemas de mercado por vários meses. A greve era, portanto, uma válvula de ajustamento entre a oferta e a demanda.

Tudo isso ocorria num ambiente da crescente liberdade, em que os veículos de informação ampliavam ou reduziam os eventos, de acordo com a orientação dos interesses em causa, mas o debate era sempre um freio a abusos. O povo, em cada eleição, apesar das manipulações nas cúpulas partidárias, ia atribuindo maior importância aos candidatos menos comprometidos com o poder econômico, normalmente desfrutando de maiores contingentes do eleitorado urbano. A democracia progredia.

Quando o processo de substituição de importações esgotou as possibilidades mais fáceis, até nas indústrias de bens duráveis de consumo e de equipamentos, a economia do país chegou a um patamar de certa estagnação e houve problemas na liderança política, em todo o leque partidário e nos vários setores representativos das classes. Daí resultaram erros na condução das mudanças essenciais à superação desse período normalmente crítico. Dir-se-ia que o grande rumo das forças que empolgaram o poder estava certo, mas o manejo do leme claudicou.

Agudizou-se a crise política e o desfecho foi a tomada de um rumo completamente contrário e equivocado, apesar de haver compensações, em certos casos, na melhor condução operativa.

Em conseqüência desse desequilíbrio pendular, as mudanças sócio-econômicas e políticas foram profundas, não para remover obstáculos institucionais e estruturais de que dependia o real desenvolvimento do país, entendido no sentido de autonomia, participação social e senso de responsabilidade, mas em grande parte em favor de interesses estrangeiros e da concentração da renda.

Na situação anterior, salvo momentos de crise exacerbada, a unidade social do país se ia consolidando no debate franco patronal-operário, sob o poder arbitral do Estado. Depois, a aliança de uma minoria oligárquica interna com interesses internacionais se acentuou, tendendo a aumentar as distâncias internas em termos de renda, de padrão de vida e de acesso social. Esse divórcio social tende a exigir um estado gendarme, para manter uma aparente paz social.

A solução está em dividir a renda nacional por todas as camadas, equanimemente

De forma consciente ou inconsciente, a política econômica de aumento de produtividade e de redução de custos, com o objetivo de tornar a oferta mais competitiva, redundou em desemprego e em tem maior concentração de renda e crescimento de patrimônio das empresas, em nada beneficiando o povo, pois os preços não foram reduzidos e as classes populares passaram a amargar em maior escala o desemprego, o sub-emprego e níveis salariais mais baixos que os anteriores.

Os males anteriores da economia brasileira já eram visivelmente os decorrentes da péssima distribuição da renda, em detrimento das camadas mais pobres, redundando em pequeno poder de compra e conseqüentemente em capacidade ociosa em vários ramos industriais, em faixas de setor terciário e no próprio setor agrícola, como muito bem foi descoberto e propalado pelo talentoso economista Ignácio Rangel.

Em tais circunstâncias, as classes assalariadas, passando a dispor de menor renda global, evidentemente foram obrigadas a comprimir suas compras.

Dessa política resultou ter a economia decrescido, estacionado ou ter tido crescimento muito pequeno nos primeiros anos da mudança de política.

As dificuldades dos empresários brasileiros, explicitadas através de falências, concordatas, insuficiência de capital de giro próprio, competição destrutiva num reduzido mercado, e deficiências tecnológicas, levou então inúmeros deles à associação e ao envolvimento pelo capital estrangeiro. Assim, tem sido enorme o número de empresas que passaram e ainda continuam passando ao controle estrangeiro.

Afortunadamente, não obstante a orientação privatista, a realidade brasileira vem determinando incrementos na estatização, com o crescimento de empresas e bancos controlados pelo governo. O BNDE e a Petrobrás vêm procurando apoiar com vigor, também, iniciativas novas e empresas sob controle nacional.

Coincidentemente, com a crescente absorção e domínio

das empresas estrangeiras sobre as nacionais, favorecimentos especiais vêm sendo atribuídos às exportações, que indubitavelmente muito tem ajudado ao crescimento recente da economia nacional.

Internamente, a política de industrialização do Nordeste, iniciada pelo Bco. do Nordeste sob a orientação de Romulo Almeida, ainda no último governo Vargas, e revigorada e muito ampliada pela Sudene sob a orientação de Celso Furtado e seus seguidores, vem representando uma extraordinária alavanca para o desenvolvimento nacional, com a implantação de novas atividades, com a dinamização das antigas, bem como pelo efeito derivado dessas atividades sobre a indústria, o comércio e os serviços do centro-sul: vultosas encomendas de equipamentos e crescente demanda de matérias primas e outros materiais para as florescentes indústrias nordestinas.

O ufanismo do crescimento do Produto Nacional Bruto da ordem de 10% ao ano (talvez não deduzidos enormes desinvestimentos que se fazem permanentemente com derrubadas de prédios, fechamento de fábricas, erradicação de café e outras deduções), compensado com a estagnação da economia nacional entre 1963 e 1967, reduz a taxa média de crescimento do PNB a certa de apenas 5% no decênio. Índice esse já ultrapassado em períodos anteriores, com melhor distribuição da renda, menor desnacionalização da economia e menores limitações às liberdades em geral.

Crescentes contingentes de mão-de-obra à procura de emprego, em todos os níveis, inclusive no universitário; salários médios da mão-de-obra semi-especializada e comum bem menores que os anteriores a 1964; salário mínimo que equivale a 2/3 do de 1963; reajustamentos salariais menores que os índices inflacionários (UFB 8% para contratados Sudene 5 e 6%); mecanização e/ou automatização de indústrias, serviços e atividades rurais e mais a plethora de computação eletrônica na indústria, nos serviços e no governo, desempregando, evitando novas oportunidades de em-

prego e deprimindo os salários de funcionários e operários, com a evidente competição dos desempregados; visíveis limitações às liberdades em geral — esses e outros óbices atuais na sociedade brasileira, em confronto com enriquecimentos inusitados e espetaculares padrões de rendimento e de consumo de grandes empresários, altos funcionários e executivos, evidenciam distorções que podem ser reduzidas, bem como que a economia não está funcionando tão bem como a propaganda raacista faz crer.

Uma política econômica orientada para uma melhor distribuição da renda entre as camadas de menor poder aquisitivo, não implica, necessariamente, em menor desenvolvimento quantitativo do PNB, pois, as nossas condições, acarretará maior demanda de bens e serviços de amplo consumo, dinamizando portanto, essas atividades, o que implicará, inevitavelmente, por sua vez, em maior demanda de equipamentos. Assim essa política tende a reativar a economia, em setores que apresentam evidente elasticidade da oferta, e não reduzir o PNB. Por outro lado, a melhoria dos consumos básicos de alimentos, saúde, educação, diversões, etc., nas condições atuais de pauperismo, representam uma valorização dos recursos humanos, traduzida em termos físicos e culturais. Isso equivale, realmente, a um crescimento do capital humano, que é, reconhecidamente, mais importante que o próprio capital físico. Portanto, na política vigente de concentração, há certa ilusão quanto a maiores poupanças para inversões, pois o que se observa são grandes gastos em bens e serviços conspícuos, como viagens ao exterior, por exemplo, que já estão dando déficit de US\$ 150 milhões na balança de viagens internacionais.

O ser humano é o supremo bem da economia e da sociedade. Tudo deve ser feito para a sua crescente felicidade. As máquinas, os computadores e a racionalização das atividades produtivas, devem trazer ao homem crescente bem-estar, segurança quanto ao dia de amanhã e decrescente exigência de esforço físico e de horas de trabalho. O grande proble-

ma é e será ocupar prazerosamente as horas de ócio. Outro problema importantíssimo será conselentizar cada cidadão, de qualquer profissão, ao pronto e perfeito cumprimento das tarefas ao seu cargo, pois destas dependem outras e outras tarefas.

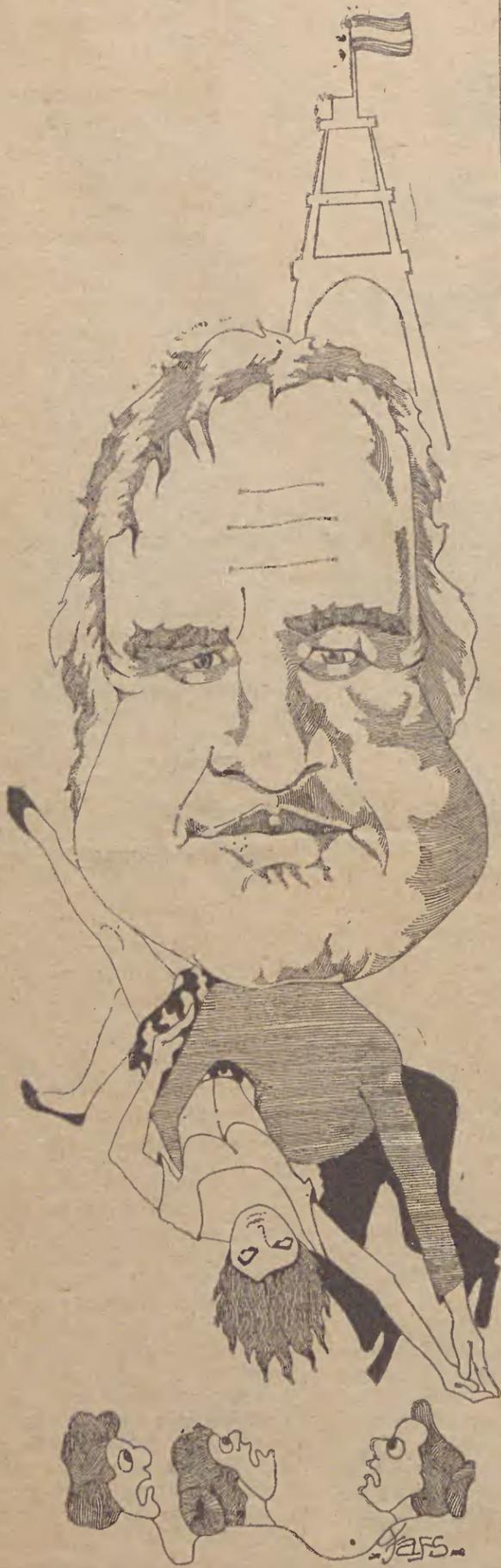
A vocês que estão saindo para a vida prática dou uma indicação importante: procurem se integrar ao máximo nas atividades e problemas a que serão adstritos, pois na boa realização dessas tarefas vocês, ao tempo em que se realizam, estarão dando contribuição meritória à sociedade brasileira. Mesmo que as inquietudes intelectuais, políticas, sociais ou de outra natureza lhes persigam e sejam perseguidas por vocês, não negligenciem as tarefas subsidiárias, emergentes, eventuais ou inevitáveis a que estejam sujeitos, pois da boa realização dessas atividades, vocês se credenciarão e serão descobertos, mais dia, menos dia, para novas oportunidades, e rendizes com as suas aspirações.

Como micro ou macro-economistas, almejam aplicar os conhecimentos obtidos e a obter numa educação permanente, segundo as condições mais compatíveis com a conjuntura sócio-econômica, procurando a maximização dos benefícios aos seres humanos, especialmente dos grupos mais necessitados, pois assim estarão perseguindo os ideais de uma humanidade fraterna e cristã.

Transmitimos na F.C.E. a vocês o que estava a nosso alcance. Vocês agora estão preparados para encetar estudos objetivos para a solução dos problemas econômicos que se lhes apresentem. Uma escola de economia não pode fazer muito mais que isso. Mesmo que houvesse condições ideais para ensino a tempo integral para alunos e professores, em altíssimos níveis teóricos e práticos, seria pouco arvel que vocês não tivessem que encontrar na vida profissional condições reais bem diversas, pois enquanto na medicina, por exemplo, apenas se repete o estudo do corpo humano, que é o mesmo através de milênios, em economia os modelos são inúmeros, quase um em cada situação de tempo e lugar.

Em minha opinião, o que importa na formação do economista são os conhecimentos básicos de economia e de elenco de matérias ensinadas, boa cultura geral, sugerida, inclusive por várias dessas matérias, curiosidade para conhecimentos que se renovam ou se descobrem e gosto para leituras, pesquisas e análises, sem esquecer que os técnicos precisam comunicar-se, por escrito ou de outra forma, com precisão e clareza. A especialização virá como decorrência de oportunidades profissionais que se ofereçam e, por isso, parece-me inútil uma especialização prévia, a não ser em casos de oportunidades bem definidas.

O último tango em Paris



Reação, a tônica americana

O Time, que ousou publicar matéria de capa sobre o filme O Último Tango em Paris, teve um brutal prejuízo, com o cancelamento de milhares de dólares de publicidade e de dezenas de assinaturas. O Newsweek, também dentro da mesma e corretíssima linha editorial de divulgar o que se está discutindo no mundo, já perdeu mais de duzentos mil dólares em publicidade, além de duas centenas de assinantes.

Não pára aí: cartas e mais cartas chegam à redação das duas revistas, criticando violentamente a libertinagem. Não dá para entender. Ou melhor, dá: depois da retumbante vitória de Richard Nixon nas últimas eleições, tudo o que vier do americano-médio é explicável. Povo que reelege Nixon não é povo esclarecido.

O habite-se em favor das financeiras

Os meios econômicos e políticos exultaram semana passada quando o Banco Nacional de Habitação resolveu abolir o dispositivo que impedia o financiamento para a compra da casa própria de imóveis que tivessem mais de 180 dias de habite-se. Muitos viram nisso a solução final do eterno problema da moradia. Houve até jornais que abriram manchete de primeira página dizendo que o inquilino passaria a dono da casa alugada. Ninguém, entretanto, atingiu o cerne do problema, à exceção evidentemente, dos técnicos do BNH e dos agentes financeiros. A medida não foi adotada para beneficiar o inquilino. Em nenhum momento se pensou nele. O fim da exigência do limite de 180 dias de habite-se para a venda de imóveis financiados pelo BNH foi adotado apenas como solução para os milhares de apartamentos e casas que serão retomados aos compradores inadimplentes (leia-se: sem condições de fazer frente à extorção da correção monetária). É que as financeiras, de repente, ficariam com milhares de imóveis em suas mãos sem condições de revenda, pois estavam impedidas de fazê-lo pela exigência do habite-se. Quem ganhou com isso foram as financeiras que refinanciarão os imóveis retomados com as seguintes vantagens: não devolução das parcelas recebidas, valorização devido à correção monetária, inflação e mesmo crescimento urbano da área onde foi construído. De agora em diante se fechará o círculo: retomada do imóvel-revenda, indefinidamente.

Flávio, o dedo duro confesso

A missão do jornalista é informar; da lavadeira, lavar roupa; do açougueiro, vender carne; do policial, proteger a sociedade, prender; do alcaçute, dedurar as pessoas, os amigos. Todas as profissões são respeitadas, dignas, exceto a última — o dedo duro — execrável para os próprios policiais, que dela fazem uso. O alcaçute é um marginal sem crimes, quando não o próprio bandido, que a polícia utiliza para um fim, cujo alcance seria difícil e, até mesmo, impossível sem ele. Agora isso, é um pária: odiado por ambos os lados.

O dedo duro é um fato nacional hoje. Onde quer que se vá, lá está ele, orelhas em pé, pronto para o bote traçoelro, como uma cascavel. Hoje ele perdeu a característica do simples alcaçute de delegacia distrital e passou a posar de colaborador das autoridades em todos os setores da vida nacional. É ganancioso na prestação de serviços, que chega a irritar os setores que recebem denúncias. No desespero por se tornar cada vez mais útil, ele acaba por fornecer informações errôneas, de vingança pessoal, e muitas vezes o feitiço tem virado contra o feitiçeiro. Isso, contudo, não tem impedido que a deduração se institucionalize.

Exemplo da generalização da alcaçutagem foi demonstrado no último programa do sr. Flávio Cavalcanti, na TV-Tupi. O próprio animador confessou, publicamente, durante uma discussão com o cantor Orlando Dias, que ele e seu jurado Alfredo Borba já foram várias vezes à Secretaria de Segurança de São Paulo informar às autoridades sobre a gravação de determinadas músicas, que a dupla da moralidade julgava despidoradas. Lógico que a confissão do sr. Flávio Cavalcanti saiu sem querer, em meio à conversa nervosa com o cantor, mas

o telespectador não precisou de muita atenção para ouvi-la e concluir que a deduração — antes uma ocupação de pequenos marginais — chega hoje até a animadores de televisão. Pessoas que ganham milhões mensais, mas que, como os alcaçutes das delegacias de distrito, estão ávidos por prestar serviços.

Bem, dirá alguém, Flávio denunciou a existência de músicas com temas contra a moral e os bons costumes. E aí devemos lembrar que para exercer esta missão existe o Serviço de Censura Federal, que vem cumprindo suas obrigações, usando às vezes vigilância que muitos consideram exagerada.

Com relação ao sr. Flávio, essa sua mania não é de agora. Há muito tempo que ele adquiriu uma deformação em seu indicador e precisou engessá-lo. Já o sr. Borba presta este tipo de serviço, certamente orientado por seu chefe.

Quão difícil essas pessoas entenderem que as autoridades consideram o dedo duro tão crápula quanto o pior dos inimigos da sociedade.

Projeto Minerva proibido

Os programas do Projeto Minerva, transmitidos em cadeia radiofônica para todo o território nacional, sempre que terminam têm uma voz feminina que adverte que é proibida a retransmissão, total ou parcial, do que foi apresentado. Os programas são bons, tanto na parte das aulas didáticas como culturais, entretanto a ressalva do final é que dá para intrigar. Por que proibir a retransmissão se o governo é que está interessado na sua difusão, inclusive obrigando as emissoras a cederem horário? Não seria mais lógico permitir que os interessados difundissem o Projeto Minerva livremente?

Caxias tem Instituto Histórico

A Câmara Municipal de Duque de Caxias, no dia primeiro passado, realizou dois atos públicos da maior importância para a vida política e cultural do Município: a posse solene dos novos vereadores e a entrega ao público do seu Instituto Histórico. O primeiro ato foi presidido pelo juiz eleitoral da 13.ª Zona, responsável pelo pleito e contou com a presença, além do prefeito de Duque de Caxias, general Carlos Marciano de Medeiros, de representantes das forças armadas, de políticos e de grande número de convidados.

Na ocasião foi, ainda, empossada a nova Mesa que presidirá os destinos da Câmara, constituída dos seguintes vereadores: Laury Villar, presidente; Wilson Macedo, vice-presidente; e, José Carlos Lacerda, 1.º secretário. Estes vereadores substituí-

ram, os srs. Francisco Estácio da Silva, Durval Gonçalves e José Callado.

O Instituto Histórico de Duque de Caxias, idealizado pelo sr. Elias Lazaroni, diretor de Secretaria da Câmara, contou com todo o apoio do então presidente Francisco Estácio da Silva e, hoje, juntamente com a Biblioteca José do Patrocínio, além de fazer parte do acervo do Legislativo, atende a centenas de estudiosos que procuram os dois estabelecimentos para suas pesquisas e consultas.

O Instituto Histórico, com milhares de documentos sobre a vida política, social e histórica do Município, foi inaugurado pelo prefeito Carlos Marciano de Medeiros, que na ocasião enalteceu a iniciativa e congratulou-se com a sua diretora, professora Eliane Estácio da Silva, pelo trabalho executado em prol da cultura da população local.

São Gustavo, o mártir do capitalismo

No dia 3 do corrente, a Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro publicou, na imprensa, nota oficial declarando "subversiva e demolidora da Igreja", afirmação do sr. Gustavo Corção de que os próprios Bispos estariam "comandando a destruição da autoridade, a democratização, a pulverização da Igreja". A nota da Arquidiocese, em sua conclusão, exorta os fiéis a não seguirem a orientação de pessoas "que fazem causa comum com os inimigos da Igreja e se erguem contra seus legítimos representantes".

Cinco dias se passaram, durante os quais o sr. Corção teria tido tempo bastante para meditar e escrever cuidadosamente a sua resposta. No dia 8, nas colunas de O Globo, surgiu, finalmente a esperada réplica do autor da vaca e dos alqueires. Para surpresa nossa, o sr. Corção começa por dizer que não podia "apresentar um artigo meditado e cuidadosamente escrito" porque, naqueles cinco dias, não teve "um minuto de sossego". Objeto de gravíssima acusação, denunciado como subversivo e demolidor da Igreja, o sr. Corção não teve, durante cinco dias e cinco noites, tempo suficiente para fazer somente aquilo que era importante fazer, tomar posição, clara e corajosa, em face da nota da Cúria Metropolitana.

Em sua resposta, o sr. Corção começa por agredir dois jornalistas que, pelo telefone, tentaram entrevistá-lo. Em relação ao primeiro, fala em "dopada incapacidade". Quanto ao segundo, o ironiza por não ter entendido, da primeira vez, a expressão latina, *mysterium iniquitatis*. "Depois da Curiosidade (com maiúscula), escreve o sr. Corção, avolumou-se a Solidariedade" (também com maiúscula), substantivos comuns que, referidos ao sr. Corção, assumem a proporção de absolutos. Choveram, então, telefonemas, de todos os quadrantes da pátria, do Rio, de São Paulo, de Brasília, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, etc., solidarizando-se com o incompreendido e o injustiçado. Desde "João, filho da ex-cozinheira, até ministros e conselheiros, padres e generais..." Freiras, velhinhas, Bispos também se manifestaram, até que, em estilo digno de grande escritor, o sr. Corção começou a sentir "uma dimensão nova e maior estalando as costuras da convenção e da mera solidariedade humana". Estalar as costuras da convenção... a metáfora, digna de um alfaiate, não é realmente um achado? Mas, o autor da vaca e dos alqueires prossegue: "respirei fundo, e agradei a Deus a doçura sem par da co-

munhão dos santos". A doçura sem par, que lembra anúncio de açúcar, talvez não seja a expressão adequada para evocar a comunhão dos santos, embora a adocicada e infeliz qualificação não seja o mais grave. O mais grave é que, com açúcar ou sem ele, o sr. Gustavo Corção se auto-proclama, se auto-canônica santo, pois só os santos podem participar da comunhão dos Santos. E, o mais curioso e engraçado é que, depois de auto-proclamar-se santo, o sr. Corção canoniza, por conta própria, os amigos que o procuraram no doloroso transe, o dr. Borgerth, o José Artur Rios, o dr. Gerardo (?) e um cidadão misterioso que, entre lágrimas e murmúrios, lhe deu de presente um livro sobre Rouault, o qual segundo o novo santo, São Gustavo (Corção) "explica muito melhor do que nós outros (sic), escravos do discurso (sic) as noções da Cúria, e da CNBB, as nomeações et reliquia..." São Gustavo termina seu artigo citando Léon Bloy e São João da Cruz.

O episódio é ao mesmo tempo espancose e grotesco. Um cidadão, que se diz católico, se sobrepõe à Hierarquia, contesta a autoridade do Papa, aos Cardeais e dos Bispos, e agride a própria Igreja, em nome de seu catolicismo de algebeira, o catolicismo de seus amigos industriais, banqueiros e comerciantes, para os quais a Igreja nunca passou de um dos esteios do regime, quer dizer, do capitalismo. E o surpreendente é que São Gustavo e os demais santos que o acompanham, não percebem, não tomam consciência da total contradição em que estão incorrendo. Ao responsabilizar a Hierarquia e os Bispos pela "democratização" da Igreja, ao insurgir-se contra a Autoridade da Igreja, são eles, quer dizer, Corção e os corcõesistas que "democratizam" e "pulverizam" a Igreja.

Porque, até segunda ordem, parece que só há um Papa, só há uma Hierarquia e só há uma Autoridade. Em nome do que e de quem o sr. Corção se insurgir contra o Papa, que nomeia os Cardeais e os Bispos, e contra os Cardeais e Bispos, nomeados pelo Papa? Em nome do Cristianismo. Mas quem interpreta o cristianismo? O dr. Borgerth, o sr. José Artur Rios, qualquer funcionário da Light, ou redator de O Globo? Quem interpreta o Cristianismo é a Igreja, fundada pelo Cristo e pelo Cristo investida da missão de interpretar e transmitir sua palavra? Se não fala em nome do Cristianismo, muito menos pode o sr. Corção falar em nome da Igreja, porque a Igreja é a Hierarquia, o Papa, os Bis-

pos, etc. Ora, não é um Cardeal ou um Bispo apenas, que acaba de condenar o sr. Corção, mas a própria Hierarquia, a Igreja enquanto tal, por seus legítimos representantes.

Em face da nota da Arquidiocese, que corresponde a uma "casuação" espiritual, o sr. Corção só tem duas atitudes. Ou se retrata, se penitencia, reconhecendo humildemente que, como católico, errou e pecou, ao insurgir-se contra os legítimos representantes da Igreja, ou se insurge contra a Hierarquia, condena o Papa, os Cardeais e os Bispos e, nesse caso, rompe com a Igreja. Ora, no artigo do dia 8, o sr. Corção não faz nem uma coisa nem outra. Com a pusilanimidade que caracteriza os impostores e os fariseus, refugia-se na "comunhão dos santos", nos telefonemas anônimos e nas citações em latim, em inglês, em francês e em castelhano.

Ora, não se tratava de citar ninguém. Tratava-se de enfrentar o problema no que tem de essencial. Por que o sr. Corção, de algum tempo para cá, passou a atacar a Igreja, os Cardeais e os Bispos? Porque a Igreja, de algum tempo para cá, está deixando de ser conservadora (do capitalismo), e se está tornando revolucionária, quer dizer socialista ou socializante. As citações de São João da Cruz, de Maritain, de Léon Bloy, que devem encantar os basbaques, são mera cortina de fumaça. A rigor, e não fundo, não é o cristianismo que está em jogo, e nem mesmo a Igreja. A rigor, e no fundo, o que está em jogo é o statu quo, o capitalismo e a apropriação privada dos meios de produção. O sr. Corção não fazia restrições à Igreja quando a Igreja era um dos pilares ou esteios do regime. Passa a atacá-la, a agredi-la, quando a Igreja se reforma e se volta para os problemas econômicos e sociais e se põe a serviço dos oprimidos e dos espoliados. Para os capitalistas amigos do sr. Corção era muito cômodo que a Igreja se interessasse apenas pelas almas e por sua salvação, no outro mundo. Porque, neste mundo, os proprietários da riqueza, do bem-estar, do conforto, da felicidade, são os capitalistas amigos e admiradores do sr. Corção. Os pobres, os miseráveis, os famintos, os humilhados e os ofendidos, esses que aguentem e esperem, com paciente resignação, pois as portas do céu estão abertas para recebê-los.

A nota da Cúria desmascara o impostor, o fariseu, que surge diante de nós em retrato de co'po inteiro: São Gustavo, mártir do capitalismo e da Light and Power.

Filinto, o neto do Marcílio

O deputado Flávio Marcílio embarcou semana passada para o interior da Bahia, a fim de assistir ao batizado de mais um netinho. O nome do garotinho: Filinto.

Aos amigos que indagaram, na Câmara, se o menininho teria nome completo: Filinto Muller, ele explicava entre sorrisos; nada disso, só Filinto.

— E que o outro avô se chama Filinto. Foi uma homenagem do casal.

Ninguém acreditou na justificativa. Todos conhecem bastante o Flávio Marcílio. O Filintinho está aí, patrocinado pelo Filintão.

JB passa fácil pelo teste de carga

De um repórter do *Jornal do Brasil*, vendo a foto publicada na primeira página do matutino em que aparecer a condessa Pereira Carneiro ao lado do governador Chagas Freitas, no último andar do edifício da Avenida Brasil, visitando as obras da sede nova:

— Agora o JB já pode se mudar. Passou pelo teste de carga.

Referia-se ao governador, conhecido pé-frio do Estado.

A lealdade paga pela Guanabara

Quando os trabalhos legislativos se reiniciarem na Guanabara, nos primeiros dias de abril, o governador Chagas Freitas terá um dos maiores aborrecimentos de toda a sua curta gestão. É que um deputado da ARENA encaminhará à Mesa requerimento de informação pedindo que a Casa Civil do governador informe quantos funcionários de O dia e A Notícia estão trabalhando no Palácio Guanabara e recebendo pelos cofres do Estado, inclusive o montante das despesas efetuadas com esses repórteres e pessoal administrativo dos jornais de governador.



MÁRIO
HENRIQUE
SIMONSEN SUBMISSO
A JOST

KEYNES E IGREJA CONDENAM O JURO

EM nosso trabalho anterior (5-2-73), afirmamos que mais surpreendente do que a tese defendida por Nestor Jost, como Homem de Visão de 1972, nos pareceu a saudação que lhe fez Mário Henrique Simonsen, o economista-banqueiro, com a reputação de ser, como economista, dos mais competentes tecnocratas do País. Por isso, foi ele escolhido como Homem de Visão de 1971, título que transferiu a Nestor Jost em jantar no Hotel Glória.

É sabido ser da ética dos oradores de tais ocasiões submeter, prévia e reciprocamente, os respectivos discursos ou temas dos mesmos, para evitar contrangimentos, com posições dissonantes, no clima cordial dessas solenidades.

Ao compararmos os dois discursos dos Homens de Visão, verificamos, porém, que Nestor Jost, falando como político fez a crítica dos tecnocratas, negando-lhes a capacidade de prever, inovar e "aplicar a terapêutica adequada" aos problemas do desenvolvimento, enquanto que, por seu turno, Mário Simonsen, ao saudá-lo, aceitou humildemente a crítica do político à sua classe.

Essa inversão de valores é

facilmente comprovada se focalizarmos agora as passagens principais do discurso do diretor do Banco Bozano Simonsen, transcritas no Correio da Manhã e outros jornais. Segundo aquele matutino (1-12-72), Simonsen destacou "dois aspectos que levaram Nestor Jost a ser escolhido como o Homem de Visão de 1972", assim caracterizados pelo economista-banqueiro: — "A tarefa administrativa (de Jost) que transformou o Banco do Brasil em empresa excepcionalmente lucrativa e a intuição econômica que percebeu que o combate à inflação poderia tornar-se mais eficaz e menos doloroso se fossem contempladas certas condições esquecidas pela teoria ortodoxa" (destaques nossos).

Primeiramente, parece haver um equívoco quando Simonsen aplaude a transformação do BB em "empresa excepcionalmente lucrativa". Como temos repetidamente salientado, a missão do BB não deve ser essa, mas sim a de contribuir, com eficiência, para a realização do desenvolvimento equilibrado, sem inflação, substituindo a taxa de juros por módica taxa de serviços. Isso é

sem visar ao "lucro excepcional".

Por outro lado, ao admitir que a "intuição econômica" de Jost percebeu que "certas condições" (para o combate da inflação) foram "esquecidas pela teoria ortodoxa", Simonsen está, implicitamente, reconhecendo a incapacidade dos técnicos ou tecnocratas de "aplicar a terapêutica adequada" aos problemas do desenvolvimento econômico equilibrado, a que se referira Nestor Jost.

Mas a quem, implicitamente, criticava Simonsen, exaltando a "intuição" de Jost? Curiosamente, a ele próprio. Isto porque foi Simonsen um dos principais tecnocratas preparadores do plano de combate à inflação, conhecido como PAEG, do governo de Castelo Branco. Simonsen é também apontado como autor da fórmula que levou ao chamado arrocho salarial, disso resultando a redução do salário real dos trabalhadores do governo Castelo, o que obrigou a administração de Delfim Neto, no governo Costa e Silva, a modificar a referida fórmula, para reduzir a injustiça anterior.

Simonsen, porém, não se limitou em sua auto-crítica às palavras transcritas. Noutra passagem de sua saudação, com mais eloquência, repetiu: — "Com aguda intuição, Jost percebia que deveria haver algo errado, num programa de combate à inflação que provocasse más safras pela restrição de crédito à agricultura; que, para aplacar a alta de preços, uma boa colheita poderia ser mais eficaz do que alguns pontos percentuais a menos na expansão dos pacotes de pagamento; e que deveria existir alguma fórmula capaz de permitir a redução do ritmo inflacionário, sem tanto apelo às crises de estabilização."

Nesse reiterado reconhecimento da superioridade da "intuição" de Nestor Jost — com um argumento a la Conselheiro Acacio, na passagem grifada — Simonsen nos sugere algo mais estranho. Dá a entender que se deve ao político Jost haver detectado o erro dos tecnocratas do governo Castelo e não à equipe de economistas que, sob comando de Delfim Neto, reformulou a política bancária e salarial, a partir do governo Costa e Silva.

Keynes vê juro como ato imoral

Na surpreendente aceitação pelo tecnocrata da crítica feita pelo político, podemos agora descobrir um sofisma deste último (tomando aqui o termo sofisma no sentido em que é usado na lógica, isto é, falso raciocínio e não no sentido vulgar de má fé). Tal sofisma, como já veremos, decorre da impressionante humildade revelada pelo economista Simonsen. Essa humildade se apresenta em qualquer das hipóteses relativas à ordem de submissão prévia dos discursos dos Homens de Visão.

No caso de haver sido Nestor Jost o primeiro, então se infere haver o técnico ou tecnocrata Simonsen acatado, sem restrições, a crítica do político acerca da incapacidade da tecnocracia.

Na hipótese inversa, isto é, no caso em que tenha sido Simonsen quem primeiro submeteu a Jost o tema de sua saudação, então, obviamente, antes de conhecer a crítica do político já a fazia ele próprio por antecipação em impressionante auto-crítica.

Nas duas hipóteses, chegamos ao sofisma de Jost. Esse sofisma se caracteriza pelo facto de haver ele, de um caso particular de incapacidade de tecnocratas do governo Castello, estabelecido uma generalização, ao concluir que a tecnocracia, em regra, é incompetente para prever e aplicar a terapêutica adequada. Trata-se, pois, de um sofisma de indução que de um caso particular, infere uma proposição de suposta validade universal. Confirma-se, assim, a lógica subjetiva de que se serviu Jost, assinalada em artigo anterior.

Outras coisas curiosas podem ainda ser encontradas no discurso de Simonsen. Insistindo na pretendida virtude da administração de Jost, o economista-banqueiro declarava a respeito da Bolsa e das ações do BB:

"O prestígio das ações do Banco do Brasil em nosso mercado de capitais, vale como reconhecimento público das qualidades de nosso homenageado, como administrador. E se, em 1971, os especuladores levaram longe demais as cotações, esquecendo-se das relações preço-lucro e da lição norte-americana de 1929, a culpa não coube a Nestor Jost. O Banco do Brasil continuou tranquilamente nos mesmos padrões de rentabilidade e eficiência administrativa. E convenhamos, em matéria de histeria bursátil, fomos longe demais em 1971".

Ora, vimos anteriormente, que, em declarações publicadas em Visão, Nestor Jost dizia o contrário, relativamente ao prestígio das ações do BB, ao afirmar que sofria como os demais compradores dessas ações, vítimas do colapso da Bolsa.

O diretor do Banco Bozzano cometia, porém, uma injustiça ao sugerir que os especuladores foram os únicos culpados da histeria bursátil. Na verdade, se o fenómeno da especulação nas Bolsas do Brasil surgiu é porque, tal como em 1929 nos EUA, foram permitidas ou criadas condições para essa especulação, pelas autoridades que deveriam impedi-las. Entre as causas da especulação e do colapso, no Brasil, está, repetimos, a política dos aumentos do capital do BB, através de sua obsoleta organização como sociedade anônima. Como, pois, criticar o efeito, ao invés de criticar a causa?

Que conclusão, porém, podemos extrair da paradoxal inversão de valores representada pela natureza da saudação de Simonsen? Tão insólito é o apaluso do economista submisso à crítica do político que houve quem nos assegurasse — trata-se de pessoa bem informada — não ter tido o diretor do Banco Bozzano Simonsen outra intenção que a de fazer uma gozação com Jost, inflando-lhe a vaidade. Não cremos, porém, possa ser acolhida essa interpretação. Isso seria pilheria desmoralizadora do já questionável título de Homem de Visão, instituído para fins promocionais da revista que patrocina.

Seja como for, a saudação do economista-banqueiro ao político Nestor Jost nos parece ter sido nova contribuição ao fortalecimento do pouco respeito pela ciência econômica existente em nosso meio, do que foi eloquente manifestação o sofisma de indução de Jost. Parece compreensível esse desrespeito quando vemos um economista de reputação vir a público exultar a intuição ao invés da análise racional no campo econômico. Estaríamos, sem dúvida, perdidos se, no trato dos problemas do desenvolvimento equilibrado, tivéssemos que depender da intuição econômica de um político da capacidade de análise lógica revelada por Nestor Jost.

No entanto, explicação pa-

As contradições dos economistas donos de bancos

ra o discurso de Simonsen, talvez se possa encontrar no facto de supor ele — tal como Roberto Campos e outros economistas-banqueiros — ser possível conciliar a profissão de economista com a do banqueiro privado. Essas duas profissões, como o temos repetidas vezes analisado, são incompatíveis. Isto simplesmente porque o juro do dinheiro, de que vivem os banqueiros privados, é condenado pela análise econômica moderna, com base na obra de Keynes, como o violão da peça do sistema de produção em que vivemos e não, como pensava Marx, a iniciativa privada no comércio, agricultura e indústria, eliminada ação monopolista.

Keynes nos mostra em sua Teoria Geral que o juro impede o desenvolvimento econômico equilibrado, indicando que a solução está numa reforma do sistema bancário e monetário internacionais que acabe com o juro. O que significa, por lógica elementar, acabar com o banqueiro privado, substituindo pelo banco estatal. Em vários capítulos e muitas páginas da *General Theory* a análise keynesiana nos revela como o juro é o trouble-maker da Economia do Mercado. Mais do que isso, Keynes reabilita a doutrina milenar que condenou o juro como irracional e imoral, doutrina endossada pela Igreja Medieval. *Pecunia non parit pecuniam* — diziam os escolásticos repetindo Aristóteles.

A reabilitação da doutrina de Moisés, de Aristóteles e da Igreja Medieval, em oposição a teoria ortodoxa dos economistas clássicos, aparece de maneira eloquente nesta passagem da *General Theory*: — "Há séculos, na verdade milenários, o pensamento esclarecido manteve como certa e óbvia a doutrina que a teoria clássica repudiou como infantil, mas que merece reabilitação e honra. Eu me refiro à doutrina que afirma que a taxa de juros não é auto-ajustável ao melhor nível adequado ao bem social, mas ao contrário, tende constantemente subir demasiado alto, de modo que um governo sábio deve preocupar-se em coibi-la pela legislação, pelo costume e mesmo invocando as sanções da lei moral". (so that a wise Government is concerned to curb it by statute and custom and even by invoking the sanctions of the moral law) (*General Theory*, p. 351).

Se nessa passagem está implicitamente reabilitada a tese de Moisés, Aristóteles e da Igreja Medieval, podemos ver como Keynes era mais explícito, a respeito desta última, quando acrescentava: — "Fui educado na crença de que a atitude da Igreja Medieval para com a taxa de juro era inerentemente absurda e que as sutis discussões dos escolásticos, visando a distinguir entre a taxa de retorno do empréstimo do dinheiro (juro) e a taxa de retorno de um investimento real (lucro) eram meras tentativas jesuíticas para encontrar uma saída prática para uma teoria tola. Mas hoje leio estas discussões como um esforço intelectual honesto para manter separado aquilo que a teoria clássica tinha inextricavelmente confundido, a saber, a taxa de juros e a taxa de lucro em expectativa de um investimento real" (*idem*, p. 351/52).

Cremos que basta para comprovar que a profissão do banqueiro privado, que vive do juro do dinheiro, é condenada pela análise econômica de vanguarda, reafirmando a doutrina de Proudhon (o adversário de Marx), bem como a de Silvio Gesell, em cuja obra *A Ordem Econômica Natural*, Keynes nos diz encontrar-se a resposta ao Marxismo: "Eu creio que o futuro aprenderá mais do espírito de Gesell do que do de Marx (I believe the future will learn more from the spirit of Gesell than from that of Marx). A resposta ao marxismo, no meu entender, se encontra no prefácio de sua *A Ordem Econômica Natural*". (*The answer to Marxism, I think, to be found along the lines of this preface* (p. 355).

Como, pois, compreender que no Brasil haja tantos economistas de reputação que são banqueiros privados ou que servem a banqueiros (nacionais ou estrangeiros) em contradição com a ciência econômica? Isto é tema para outra oportunidade.

Nota — Todo o material publicado por POLITIKA leva a chancela da editoria, que se responsabiliza não só pela seleção do material como pelos títulos, redação final, subtítulos e notas introdutórias. Este esclarecimento é feito tendo em vista as reclamações do Sr. Santiago Fernandes e alguns de seus amigos sobre títulos e texto final de suas colaborações. A editoria assume todo e qualquer risco pelo sucesso ou pelas omissões em todo o jornal. (Os editores)

MÉXICO, A REVOLUÇÃO TRAIDA

A ESTABILIDADE política existente no país desde a vitória da *revolução mexicana* há seis décadas, com a consequente venda de uma imagem de desenvolvimento sem igual nas Américas, começa a inquietar os maiores responsáveis do Partido Revolucionário Integrado — partido único que detem o controle institucional da nação. Tirante o período de Lázaro Cárdenas na Presidência da República, trata-se, na realidade, de uma revolução traída. Não uma revolução como os compêndios históricos e sociológicos registram em profusão quando se trata da América Latina. Em suas origens, a *revolução mexicana* representou um sentido de transformação econômica e social. O ideal de Madero, de Pancho Villa, de Zapata, só encontrou em Lázaro Cárdenas um intérprete à altura de seus objetivos: a luta, até a vitória, contra a ditadura corrupta e oligárquica de Porfirio Díaz, há 35 anos no poder. Paradoxalmente, o setor de maior participação na Revolução, em nome do qual se fez o movimento, é hoje o mais atrasado, o mais espoliado: os camponeses mexicanos vivem situação de miserabilidade. Enquanto isso, os centros urbanos demonstram aparentes grandes progressos. A vida das populações rurais e dos núcleos indígenas marginalizados é de estagnação e retrocesso. A dependência externa ao capital estrangeiro é das maiores. No que se refere à dívida externa, o México é hoje o segundo maior devedor do Barão Muçulim.

Com 50 milhões de habitantes, o México possui apenas 12 milhões de consumidores plenos. Cinquenta por cento da população ativa, 16 milhões de habitantes, ganham menos de 10 dólares mensais. O desemprego atinge aos 15 por cento da população total. O subemprego é outro aspecto social inquietante. Recentemente, a central sindical norte americana — AFL-CIO — denunciou que fábricas multinacionais recusam-se a pagar o salário-mínimo norte-americano US\$ 1,60 a hora — preferindo transferir-se para o México, onde o salário-mínimo é de 16 centavos de dólar a hora.

Mas com todo esse quadro, o ufanismo inconsequente e que prolifera nos países subdesenvolvidos se faz presente. Daí a frase mais popular no país ser: *Como México, no hay dos*. Este é um aspecto folclórico do subdesenvolvimento.

Quando economistas como Roberto Campos, caudam como solução para os problemas brasileiros a adoção do modelo de desenvolvimento mexicano, fica-se inquietamente a perguntar: o que é que há por trás dessas afirmações?

E a resposta não tarda. Para completá-la, utilizam-se os próprios dados referentes à economia mexicana, no que diz respeito aos investimentos externos. Presentemente, segundo o economista Emílio Mujica, o México ocupa o terceiro lugar em todo o mundo no que se refere à presença de empresas norte-americanas. Apenas o Canadá e a Inglaterra estão à sua frente.

Atualmente, das 180 maiores corporações norte-americanas que desenvolvem atividades no exterior, 160 tem filiais no México. O setor privado mexicano é bastante débil, estando de um lado os investimentos estrangeiros e de outro os investimentos estatais. Lázaro Cárdenas, iniciador de uma política de nacionalização, teve continuadores, no sentido de desenvolver uma firme política de estatização. Por isso, o estado passou a desempenhar um papel hegemônico na vida econômica da nação.

Infelizmente, a condição de estar de um lado o Estado e do outro os investimentos estrangeiros, o México não viu o aparecimento de uma classe empresarial autóctone com grande expressividade. A carência de capital privado nacional nos ramos básicos da indústria veio determinar um papel de extraordinária importância que desempenha o setor estatal no fomento de economia mexicana.

O setor estatal domina a indústria energética numa proporção de 90 por cento no potencial eletro-energético; 96 por cento das redes de condução de eletricidade; 97 por cento da extração e transporte de petróleo e gás; 96 por cento na refinação de petróleo; 100 por cento na obtenção de gasolina; 92 por cento na comercialização de petróleo e seus derivados; 85 por cento da indústria petroquímica. E está também sob o controle do Estado cerca de 40 por cento da produção de ferro e aço.

O papel do estado na infraestrutura, principalmente em transporte e comunicações, é dos mais importantes. O estado é proprietário da rede telegráfica; de 70 por cento da tonelagem dos transportes marítimos; de 97 por cento das estradas de ferro; de 90 por cento dos diques, dependências e instalações portuárias; de 35 por cento das linhas aéreas nacionais e de 75 por cento das internacionais; de 100 por cento da fabricação de papel para jornais e revistas.

A principal característica do setor estatal de industrialização tem sido a mobilização de recursos para o fomento de novos ramos, que mais inversões de capital requerem: extração e tratamento de petróleo, eletro-energética, construção de estradas, ampliação de transportes e de comunicações. O setor privado, que em essência só começou a desenvolver-se depois da revolução, não pôde assegurar as inversões nesses ramos, sem os quais não era possível a rápida elevação de toda a economia.

A formação do setor estatal iniciou-se com a fundação de estabelecimentos financeiros e creditícios capazes de dar impulso à economia do país. Em 1933, fundou-se o Banco Nacional Financiero, destinado a financiar a indústria, que em 1934 passou a ser agência financeira do governo, com direito de investir em empresas privadas e exercer a gerência administrativa das empresas estatais. A partir de 1941, começou o financiamento de projetos mais importantes.

Economia feita à base do capital externo

Decisiva etapa no desenvolvimento do setor estatal foi a nacionalização das estradas de ferro, em 1937, e os ramos de extração e refino de petróleo, em 1938. Como reflexo dessas medidas, durante vários anos os Estados Unidos aplicaram em relação ao México uma política de boicote econômico, unindo-se à Inglaterra, à França, à Bélgica e à Holanda, em 1941, pressionados por sanções econômicas, o México e os EUA, em função da II Guerra Mundial, chegaram a um acordo de compromisso, assinado em 19 de novembro pelos presidentes Avila Camacho e Franklin Roosevelt, que estipulava o pagamento, pelo México, de parte do valor dos bens expropriados. A nacionalização, por etapas, da indústria de petróleo e de eletricidade só chegou ao seu fim em 1969, quando o estado resgatou as últimas concessões feitas a companhias estrangeiras para a prospecção do petróleo e do gás.

Ao largo de sua existência, o setor estatal não deixou de ter grande importância na economia mexicana e paralelamente tem sido um fator que estimula a industrialização, constituindo, em certo sentido, um contrapeso ao capital estrangeiro operante no país. As inversões do Estado, no entender de alguns economistas, compensam a falta de inversões do capital privado. As obras de infra-estrutura, de maneira geral, são desempenhadas pelas empresas do estado.

Segundo o economista José Luiz Cecena, das 400 empresas mais importantes do país 233, com um capital sumário de 24,1 mil milhões de pesos, são dominadas pelo capital estrangeiro. O que representa 55 por cento da totalidade do capital dessas 400 empresas. Pertencem ao capital nacional, estatal e privado

167 empresas com um capital total de 20 mil milhões de pesos. Desse total, 25 por cento se constituem por capital das empresas estatais e 20 por cento das empresas privadas.

A principal característica dos governantes mexicanos em relação aos investimentos externos vem sendo profundamente contraditória. No México, historicamente, podemos encontrar duas atitudes em relação aos capitais forâneos. Na fase pré-revolucionária, quando se aceitava o capital estrangeiro, em quaisquer condições, contando que favorecesse o avanço da economia. A pós-revolucionária, quando o capital era expulso e se limitava a alguns setores importantes.

Fundamentalmente, os investimentos estrangeiros tem uma característica: no início, colaboram com o crescimento econômico. Depois, quando a afluência de capital forâneo começa a diminuir, se estabiliza a um certo nível, que poderia ser aproveitado para elevar o capital produtivo. Isto é, o desenvolvimento da produção passa a ser mais lento do que ditam as necessidades da economia.

Igualmente aos benefícios gerados pelos investimentos externos, pode-se fazer uma correlação dentro da economia mexicana entre o pagamento dos serviços técnicos estrangeiros e a correlação entre o capital investido e os benefícios sacados de uma ou outra forma do país. Entre os anos de 1941 a 1946, as inversões anuais de capitais externos ascenderam por volta de US\$ 26,2 milhões, em média, enquanto os dólares remetidos como forma de remessa de lucros estiveram por volta de US\$ 62 milhões, em média. Entre 1947 e 1952, de US\$ 60,4 e US\$ 111,7 milhões, respectivamente; de 1953 a 1958, de US\$ 99,8 e US\$ 116,6 milhões; de 1959 a 1964, de US\$ 114,1 e US\$ 164,4 milhões; em 1965, de US\$ 155,7 milhões de inversões para uma remessa de US\$ 225,9 milhões. A correlação, no período compreendido entre 1965 e 1970, foi de US\$ 186,8 milhões e US\$ 301,6 milhões.

Constata-se, portanto, que o capital estrangeiro em terras mexicanas tem a tendência de sacar os lucros sempre com possibilidade de elevar-se, enquanto se reduzem os volumes de reinversões. Nos últimos anos, o setor privado tem se desenvolvido mais que o estatal. De 1964 a 1968, as inversões de capital privado aumentaram de 17,9 mil milhões a 35,2 mil milhões de pesos. Quer dizer que o aumento foi de 96,4 por cento, enquanto o estado cresceu de 17,4 mil a 24,5 mil milhões de pesos, ou seja, 40,5 por cento.

A principal característica da economia mexicana em seu conjunto, compreendido todos os setores, é o alto grau de concentração da produção e do capital. Das duas mil grandes empresas com ingresso total de 56,5 mil milhões de pesos, as 400 mais importantes tem um haver sumário de 44 mil milhões de pesos, ou seja, 77 por cento do total. Essa alta concentração da produção e dos ingressos é testemu-

nhado das fortes tendências monopolistas na economia. Formou-se no país grupos financeiros que controlam empresas e bancos privados e que exercem influência sobre o setor estatal. Não obstante, é importante o papel que desempenha o setor estatal, principalmente a industrialização mexicana, dentro das condições do capitalismo.

Essa industrialização, sem sombra de dúvida, se distinguiu bastante da industrialização burguesa tradicional na maioria dos países desenvolvidos, onde os ramos de indústria leve se desenvolveram muito antes, e somente depois, à base do capital acumulado, começaram a criar-se os ramos de fabricação pesada, sobretudo de maquinaria.

Desde a época pós-revolucionária o ritmo de crescimento da economia mexicana se divide em dois períodos fundamentais: 1) desde os anos 20 até o começo da II Guerra Mundial; 2) desde o começo da II Guerra até os nossos dias.

Durante o primeiro período, o incremento médio anual do Produto Nacional Bruto foi de 1,7 por cento ao que correspondia o índice de aumento da população. No segundo período, esse incremento foi de 5 a 6 por cento. A diferença se explica pelo crescimento extraordinariamente rápido da população no segundo período.

Em 1967, o incremento do Produto Nacional Bruto foi de 6,4 por cento e em 1968 de 7,1 por cento. Desde 1947 até 1968, o Produto Nacional Bruto, calculado por habitante, aumentou em 2,7 por cento em termos médios.

A aceleração do desenvolvimento econômico no segundo período obedeceu ao esquema de ter-se introduzido algumas transformações sócio-econômicas.

O período da II Guerra e os primeiros anos de pós-guerra foram, para a maioria dos países latino-americanos de acelerado desenvolvimento econômico. Depois, porém, em muitos países da região, esse ritmo foi descendo pouco a pouco. No México, ele se manteve alto. Igualmente contribuíram ao progresso econômico as medidas tomadas pelo governo desde os anos 30, sobretudo no de Cárdenas, até recentemente na aceleração da industrialização e na forte participação do capital estatal nesses empreendimentos.

É isso que se torna fato expressivo na economia mexicana: a existência de um setor estatal que, em absoluto, não serve para descaracterizar o aspecto capitalista da economia.

De maneira geral, a grande classe favorecida pela revolução mexicana foi a burguesia. No período pós-revolucionário, esse setor acrescentou consideravelmente seu poderio econômico. Passando a lhe pertencer o poder político, exercido pela alta burocracia.

Mas as contradições no processo mexicano continuam emergindo com constância assustadora.

Quando o presidente Luiz Echeverria tomou posse, o déficit na

balança Comercial ultrapassava 800 milhões de dólares. A dívida externa era das mais altas do mundo. Cerca de 60 por cento do seu comércio exterior verificava-se com os Estados Unidos.

Segundo o jornalista Luiz Suarez, editor da revista *Siempre*, o governo insiste em que o país atravessa uma conjuntura favorável, tendo imprimido um novo dinamismo à política externa, tratando de resolver alguns conflitos com os países do Leste Europeu e procurando aumentar o intercâmbio comercial com eles.

Nas relações com os Estados Unidos, o presidente Echeverria recorre a uma linguagem mais energética, levantando antigos problemas como o do Vale de Mexicali, onde a salinidade das águas do Colorado, vindas dos Estados Unidos, arruinou terras mexicanas, outrora férteis.

A inquietação interna, pela marginalização sócio-econômica da imensa maioria da população rural, faz com que os setores mais nacionalistas implorem por uma verdadeira retomada da revolução que sirva, pelo menos, para amenizar a situação de miserabilidade existente em regiões como o Vale del Mezquital.

E em meio a essa situação, começaram a ser reabilitados os verdadeiros heróis da revolução. Emiliano Zapata é um deles.

No dia 17 de julho de 1972, o presidente Echeverria realizou um ato de reparação histórica: determinou que os 6,5 mil hectares de terra dos herdeiros do general Jesus Guajardo fossem distribuídos entre os camponeses de Chihuahua. O general Guajardo tem um lugar especial na história do México: foi ele o homem que, em 10 de abril de 1919, traiu e assassinou Emiliano Zapata.

De certo modo, expropriar os herdeiros do homem que assassinou Zapata aparece como um claro signo de uma nova política desenvolvimentista e modernizadora, que está sendo tentada pelo regime mexicano.

Enfim, o México, primeiro país a fazer uma autêntica revolução na América Latina, viu esse movimento ser traido pela maioria dos seus dirigentes, vive um impasse profundo, ou volta às origens do movimento revolucionário, principalmente no que se refere à modernização da vida rural, ou será uma nação conturbada.

Não será fazendo um ato de justiça individual a Zapata que o seu fantasma deixará de galopar pelas serras mexicanas.

Gravações soviéticas estão chegando

Os discos soviéticos estão à disposição dos industriais brasileiros que querem fabricá-los aqui. Esta informação estourará como uma bomba entre aqueles que conscientizam o tremendo acréscimo espiritual que significará termos a nosso dispor o imenso catálogo fonográfico de todos os variados povos da URSS, orquestra e músicas mais maravilhosas, devido ao seu intenso colorido e melodia inigualável.

Todo melômano conhece Tchalkovsky, Rimsky-Korsakov, Mussorgsky, Borodin e Glinka, primordialmente, pois são autores mundialmente famosos. Entretanto, a produção sonora dos múltiplos grupos étnicos russo, ucraniano, georgiano, armênio e os demais que integram as mais de cem nacionalidades do país líder do socialismo obviamente, é vastíssima e além disso, a todo momento se estão descobrindo outros nomes, dotados de valor semelhante.

É fantástica, verdadeiramente deslumbrante, a floração de novos integrantes para o quadro dos que lidam com os sons. Numa enorme multidão, posso citar um que me causou a mais profunda emoção, desde que o ouvi pela primeira vez, há mais de vinte anos: Fikret Amir, nascido em 1922, no Azerbaijão. Suas danças caucasianas (kyurdy ovshary) ou mudam do Azerbaijão marcaram-me para o resto da vida.

Maior satisfação, encontro, também, ao fato de que, enquanto os jovens brasileiros se preocupam com bobagens os seus colegas soviéticos estão produzindo, a partir dos dezolto anos, volumosas bagagens musicais onde já se contam óperas, concertos, sinfonias, música de câmara, sonatas, canções etc. etc. Creio que tal dervirtuamente sensorial é causado pelo evidente desinteresse do governo, voltado, quase exclusivamente, para o carnaval. Assim sendo, os nossos pouquíssimos empreendimentos culturais, deixados ao abandono, agonizam, estertoram, enquanto, cada vez um maior crescendo, aparecem e desenvolvem-se as subvenções oficiais para escolas de samba congêneres. O conseqüente êxodo dos nossos artistas de classe para países que tenham razão para apreciá-los é o caminho para a sua satisfação pessoal e sobrevivência. Vejam o caso evidentiíssimo do Teatro Municipal, entregue em mãos incompetentes e que o desmoralizam cada vez mais; apreciem a voragem que é a Sala Cecília Meireles, dotada de vários diretores regularmente remunerados e que nada fazem, afundando-a no descrédito total.

O Teatro Municipal, criado para ser o templo da ópera, nada mais é, hoje em dia, do que o seu túmulo, já que vive fechado quase o ano inteiro, só reabrindo para montagens de uma eterna e eno-

jante meia dúzia de peças ou — o que parece ser a razão da sua existência — para os bailes momescos.

Até onde chegou a insensatez, a falta de elevação almistica e a inexistência de sentimento público dos responsáveis (?) pela cultura em nossa terra. Tragicamente, entretanto, esta é a sina de qualquer realização apurada no Brasil. Não há como encontrar gente capacitada, já que são raríssimos aqueles que se colocam acima das batucadas, sambinhas, rocks e seus divulgadores...

A fabricação dos discos soviéticos entre nós, portanto, vira trabalhar muito fortemente pelos patriotas que ignoram tais manifestações da mais nula valia, ao pô-lo em contato com a maior, em tamanho e qualidade, produção artística de toda a terra. Será algo de sublime e poderemos ter o resultado do trabalho dos mestres russos até o dos atuais soviéticos. A possibilidade de ouvir obras que só conheço através dos dicionários especializados e dos pujantes catálogos fonográficos que nunca pude alcançar, situam-me numa posição de tremenda agonia expectante, juntamente com todas as pessoas que amam o belo.

Todo este comentário estava pronto desde fins do mês de novembro de 1972, esperando ocasião para ser publicado. Durante todo este tempo estive procurando, entre todas as muitas relações que fiz em 14 anos de vida no meio fonográfico, alguém que estivesse à altura de compreender a maravilha que são os discos soviéticos e tivesse como produzi-los. Para honra da inteligência carioca, tenho a satisfação de dizer que, logo na segunda tentativa, encontrei quem tanto queria: o sr. Jonas Silva, proprietário da Imagem. Este resultado foi dos mais normais, tendo em vista a excelente atuação à frente da sua firma, onde pontifica o maior bom gosto na fabricação, apresentação e escolha dos produtos que lança. Atingido o objetivo, levei o sr. Jonas Silva à presença do dr. Anatoly Sviatenko, responsável por assuntos comerciais da Legação da URSS e lá, após amistosa conversação, demos os primeiros passos para a concretização da mais séria realização no terreno do disco de música. Todos poderão entender que a aparição dos fabulosos long-playings soviéticos não será imediata. Até chegarmos lá ainda teremos que atravessar diversos estágios, tais como consulta à Mezhdunarodnaya Knigá, em Moscou, a espera da sua resposta, escolha do repertório a editar (onde vou ter parte) e todas as demais providências cabíveis em negócio desta natureza. Deste modo, acredito que, se tudo correr bem, teremos o primeiro suplemento lá para princípios do segundo semestre deste ano. Aguardemos, o futuro é promissor...

LANÇAMENTOS

A. DVORAK — concerto para violoncelo n.º 2, em si menor, opus. 104.

F. TCHAIKOVSKY — variações sobre um tema russo, opus 33.

Atua a Orquestra Filarmônica de Londres, sob A. Gibson Solista: C. Walewska.

O concerto para violoncelo, opus 104, do mestre boêmio Antonin Dvorak, é o mais afamado que existe em todo o mundo. Embora composto na América (Estados Unidos), ele é embebido pelo solo tcheco e soa magnificamente nacional. A sua acoplagem com o trabalho de Tchakovsky, de menores pretensões, mas bastante bem dotado e, curiosamente, pouco difundido, torna este disco Philips estereofônico de n.º 6.500.224 (CBD—Phonogram) um item que deverá ser bastante apreciado e procurado. Lamento, apenas, que não haja notas explicativas na contra-capa, um fato por demais negativo, tendo em vista que ambos os números são pouco conhecidos. As melodias enleantes no opus de Dvorak fizeram-no adorado. Finalmente, elogio a presença da minutagem.

A GLÓRIA DE GABRIELI — disco estereofônico CBS número 160.184.

Este disco não esclarece de qual Gabrieli se trata! Será o tio, Andrea (cerca 1520-1586) ou o sobrinho, Giovanni (1551-1612)? Após atenta consulta ao magnífico catálogo norte-americano Schwann pude, por fim, dirimir a dúvida: o compositor aqui focalizado, com obras de grande valor musical e nenhum de texto é Giovanni Gabrieli. Trata-se se, portanto, de uma falha por demais grave e que poderia ter sido muito facilmente evitada se a gravação tivesse sido intitulada de A glória de Giovanni Gabrieli. Então, aqui estamos defrontados, ainda mais uma vez, com o problema que causa a falta de um bom seletor, que, logicamente, nunca cairia nesta tremenda bobagem. Ao me referir ao Penhum valor do texto quis dizer que, nos dias atuais, os mitos religiosos já não têm mais — nem de longe — a força de antigamente, onde a ignorância e sua companheira inseparável, a superstição, reinavam absolutas.

L. V. BEETHOVEN — sinfonia n.º 5 em dó menor, opus 67; cantata Mar calmo e viagem próspera, opus 112 — disco estereofônico CBS, n.º 160.182.

Mais uma vez, a quinta sinfonia, de Beethoven. Mas, por estranho que pareça, desta ela é bem-vinda para todos e não só para os novos melômanos. Sim, porque além de que ela tem o fato único de que o terceiro movimento (allegro) é marca registrada de Pierre Boulez que, aqui, rege a The new philharmonia orchestra, ainda há o acontecimento marcante, neste disco excelente, da presença da cantata inédita intitulada Mar calmo e viagem próspera, composta sobre dois poemas de Johann Wolfgang Von Goethe. Assim, o que poderia ser de pouco interesse para os aficionados sonoros, dada a grande vulgaridade divulgacional da sua peça principal, torna-se em régio, presente e que deverá ser bastante requisitado por todos os beethovenianos. Os compassos iniciais desta deslumbrante partitura, a quinta sinfonia, foram muito empregados durante a segunda guerra mundial, quando serviram de sinal para várias operações. Segundo o próprio Beethoven, significavam a chamada do Destino. Parabéns à CBS.

J. HAYDN — concertos para violino e orquestra, em dó maior e em sol maior. Orquestra de câmara de Amsterdam, sob a regência de André Rieu e Herman Krebbers como solista. Disco estereofônico CBS n.º 111.058.

Haydn compôs seis concertos para violino (dó maior, sol maior, ré maior, lá maior, si bemol maior e, novamente, dó maior). Só conheço três que são os dois desta magnífica gravação e o em lá maior publicada, há vários anos, pela Copacabana, em selo Westminster. Também, no meu entendimento, o disco em causa é um perfeito bombom alpino para todo aquele que ame a inefável música de Haydn. A CBS acertou em cheio quando programou e editou estas duas obras, repletas de momentos deliciosos, orquestração apurada e algumas boas oportunidades para a violinista.

Acresce, também, o fato de que foi muito feliz na vivência dos intérpretes e na sempre ótima qualidade intrínseca dos seus produtos. Sugro, ainda uma vez e sempre, que o seletor da CBS leve em consideração, para dar ao conhecimento dos brasileiros amantes dos trabalhos dos gênios sonoros, as excepcionais sinfonias do estupendo Joseph Haydn.

Magdalena Tagliaferro interpreta Chopin — dois discos estereofônicos Odeon n.º S3CBX 484/5 — realização nacional. Causa-me o maior espanto, grande desgosto mesmo, o ver a total falta de imaginação dos encarregados de produzir, entre nós, um disco de música. É simplesmente deprimente que, desde o solista, passando pelo escritor das notas e todos os demais integrantes do trabalho, não haja uma única inteligência que funcione. Contando com uma ótima intérprete e com muitos milhares de partituras eternizadas em Chopin. Meus mais sinceros pêsames.

Bonaparte de São Domingos e suas excentricidades



Bonaparte de São Domingos Pinheiro Maia. Descende de uma modesta família do interior do Estado. O berço dos Pinheiro Maia é Limoeiro do Norte, pequenina cidade cearense. O pai, um agricultor, homem pouco afeito às letras, mas que costumava ouvir histórias bonitas sobre santos, guerreiros, terremotos, sábios, fixou como norma dar nomes pomposos aos filhos. Ao levar o primogênito C pia batismal chamou o cura e determinou

— É para ser chamado Bonaparte. E de São Domingos. Quero que ele seja tão valente como esse general que andou pela França e tão bom quanto um santo. O segundo filho nasceu poucos anos antes da segunda guerra mundial. Só se falava em Hitler e no seu compadre italiano, o Duce. O velho levou o menino à mesma igreja e junto ao mesmo padre pediu os santos sals, determinando, mais uma vez:

— É para se chamar Salomão. Salomão de Mussolini. Quero que seja um sábio e um estadista.

Veio o terceiro filho. O velho fez a mesma coisa. Na mesma capela, o mesmo reverendo.

— Este é Valadão.
O padre interrogou:
— De que?

O velho lembrou-se: era época de seca e seca pior do que aquela só mesmo uma erupção vulcânica. Encontrou a resposta:

— Valadão Vesúvio.

Os três seguiram o seu caminho. Bonaparte e Salomão se tornaram bacharéis. Valadão, mais modesto, conseguiu um diploma de contador. A política os chamava. Bonaparte queria ser deputado federal. Foi Salomão quis ser deputado estadual. Foi Valadão quis ser vereador. Não foi. Bonaparte não perdoou o insucesso político do mano mais jovem. Valadão sem mandato! Candidatara-se a vereador e obtivera a maior votação. Mas o partido — o PTN — não conseguira legenda suficiente e não fizera nenhum representante.

Bonaparte sempre que via o irmão, reclamava:

— É a vergonha política da família. O mais votado de um partido que não elegeu sequer um vereador

Esta poderia ser a história de três irmãos. Mas fica, por enquanto, sendo a história de Bonaparte.

1 — É um tipo simpático, bonachão. Bilhantes olhos verdes, basta cabeleira, um sorriso permanente, figura extrovertida. Quer na atividade comercial, política ou jornalística (foi dono de um dos melhores órgãos da imprensa cearense, O Jornal por ele fundado e fechado), sempre marcou suas atitudes pelo insólito. Ao atingir as culminâncias do poder econômico, construiu uma casa espetacular, digna de figurar em páginas de revistas especializadas e fazer inveja aos mais esnobes. Tinha de tudo: piscina, salão de esgrima, garçons, mordomos. Estes, vestiam-se assim: paletó vermelho, calças verdes. Bonaparte explicava a razão da indumentária:

— É para despertar o apetite. O vermelho lembra carne. O verde, verduras.

2 — Foi ao Rio assumir a cadeira de deputado. Para se eleger foi uma batalha. Contam as más línguas que a eleição lhe custou lágrimas, suor e tutu. Essas mesmas más línguas asseguram, porém, que dos três ingredientes só fez uso — e com excessiva liberdade — do último. Pois chorar, nunca chorou. Suar, nunca suou.

3 — Dia da posse. Mostrava-se inquieto. Não sabe exatamente qual a vestimenta que o grande momento exigia. Pensou, pensou, e afinal resolveu aconselhar-se. Pegou o telefone chamou o deputado Esmerino Arruda:

— Ó Esmerino! É Bonaparte ao aparelho. Como é mesmo este negócio de posse? A roupa, qual deve ser?

Perversamente, Esmerino informa:

— Ora, mas você não sabe! Vá de casaca e cartola que é uma exigência do protocolo.

E lá se foi o Bonaparte cearense, em plena tarde, calor de 40º, rumo ao Palácio Tiradentes. Ao chegar atraiu atenções generalizadas. Televisões lançavam, ávidas, suas câmaras diante da estranha figura. Flashes espocavam. Todos o cercavam. No dia seguinte teve glória máxima: transformou-se em notícia e de primeira página nos grandes jornais

do País. Sem falar que Ibraim e Jacinto de Thormes citaram seu nome. Aos que o interrogavam sobre tanta badalação, respondia:

— É a glória. É que já estou ficando famoso.

4 — Ainda no dia da posse. Encontra em plenário Armando Falcão, o todo poderoso líder de Juscelino. Bonaparte ao vê-lo demonstra surpresa e exclama:

— Armando, que fazes aqui?

Falcão ficou danado:

— Estou aqui para ajudar a celebrar uma missa.

— Eu — replica Bonaparte —, bem prevê que você acabaria sendo mesmo sacristão.

5 — A sua legenda era a do Partido Rural Trabalhista. Integrava na Câmara uma bancada realmente espetacular: ele e mais o sr. Hugo Borghi. Um dia, Bonaparte desentende-se com o deputado paulista e perante um plenário atônito, anuncia:

— A partir deste momento, quero comunicar aos meus nobres pares que a bancada do PRT fica rachada ao meio. É que eu rompi com o Hugo. Sendo assim, o Hugo vai ficar como líder dele mesmo e eu como líder da outra metade, que sou eu.

6 — Estava em campanha eleitoral no interior cearense. Falava seu irmão, Salomão, candidato a deputado estadual. Nesta noite Bonaparte não queria falar. Estava afônico, mas o entusiasmo fortificou suas cordas vocais e, perante uma multidão espantada, fita seu irmão, beijando-o:

— Salomão, oh meu irmão! Tal qual Judas Iscariotes te beijo a face. E te peço: não abandones o povo de Sobral.

7 — Candidato, costumava levar aos sertões assessores e um gravador. Homem previdente, gravava seus discursos temeroso de que a posteridade dele não tomasse conhecimento. Certa feita, após o comício, reuniu sua tropa-de-choque e falou, entusiasmado:

— Ouçam, ouçam. Eu sou mesmo genial. Não é que citei

até o padre Vieira para esses imbecis.

No caso, os eleitores...

8 — Certa feita, gritou tão alto que despertou de um profundo sono o presidente que eventualmente dirigia os trabalhos da Câmara:

— Fite, senhor Presidente, os meus olhos. Fite-os.

Atendido, completou:

— Eles refletem a brasilidade de minha gente. A brasilidade, senhor Presidente. A brasilidade.

E desceu da tribuna.

9 — Gostava de apartear. E por causa disso era conhecido como o Bom Aparte. Foi graças a um aparte seu que vários deputados vieram a saber o nome completo de Carlos Lacerda. O grande tribuno, desabusadamente, criticava o governo. O contrabando era seu alvo. Bonaparte interrompe:

— Nobre líder Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Estou ouvindo com muito interesse e atenção o teor de seu rebarbativo discurso. Cheguei à conclusão de que quer provar que há deputados virando contrabandistas.

Lacerda lançou-lhe um olhar denunciador:

— Não! É equívoco seu. O que ocorre é que existem muitos contrabandistas virando deputado.

10 — A Câmara estava em bandeirada. Era dia de receber uma ilustre personalidade estrangeira. Paschoal Ranieri Mazzili escolhe para proferir a saudação oficial a inteligência mineira de Afonso Arinos de Melo Franco. Bonaparte não gostou. O escolhido devia ter sido ele. Ele que sabia falar inglês. Ficou chocado com a injustiça. E na hora exata, mandando às favas o ar solene do ambiente, interrompe o orador com um aparte. Mazzili o repreende. Bonaparte cala-se. Mas, após a sessão, segue-se um coquetel. E com ele a hora da vingança. Sem que ninguém esperasse Bonaparte pede a palavra e com seu inglês com gostoso sotaque das Guianas, dirige-se ao homenageado, identificando-se:

— Mister! I am Bonaparte. Not Imperator, but the deputy.

Mazzili ficou azul, branco, preto. Puxa Bonaparte a um canto e o repreende. Mas Bonaparte não dá bola. E batendo amistosamente a respeitável barriga presidencial, replica:

— Tolice Ranieri. Tolicé.

E continuou. Sem ninguém entender.

Ceará, um sertão na Flórida

Reproduzo na íntegra uma nota que saiu no boletim da OEA de dia 27 de novembro passado:

Poucas famílias burguesas poderão jactar-se de estudo tão apurado de seu passado como The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns, de Billy Jaynes Chandler. É um livro surpreendente pela paciente pesquisa e minuciosa procura em pequenas bibliotecas rurais para obter informações da história não muito original de um homem que se estabeleceu em remoto rincão do sudoeste do Ceará, Brasil, e de seus descendentes — em linha, marginais e agregados — de 1707 a 1930. Embora Chandler, um historiador, negue qualquer tipicidade dos Inhamuns, seu livro inclui muito do que era comum nas pequenas comunidades rurais no Brasil: a luta pelo poder político e econômico, os coronéis, a ocupação dos cargos públicos pelos membros da mesma família, as sangrentas lutas de família, as lutas de extermínio e alguns escândalos. Seja como for, apenas os leitores com um vivo interesse na história de brasileiros obscuros desejariam trazer conhecimento com uma região que reconheceu a República 23 dias depois de proclamada, quando finalmente teve conhecimento da notícia. Edição da Universidade da Flórida, 15 NW 15th Street, Gainesville FL 32601, USA. US\$ 7,50 e exemplar.

balcão

♦ Houve corrida às livrarias à procura de Geopolítica do Brasil, do general Golbery do Couto e Silva. Afinal, os argentinos estão se baseando nele para argumentar contra o que eles consideram expansionismo brasileiro nas fronteiras e outras inconveniências. É esse clima anti-Brasil — segundo expressão de O Estado de São Paulo — é coisa de imprensa a mais conservadora possível, lá. O ensaio do general Golbery já estava praticamente esgotado, mas a terceira edição está sendo estudada, revista e aumentada.

♦ Para homenagear os quarenta anos de atividades literárias de Erico Veríssimo, patriota liberal que tem concedido seguidas e violentas entrevistas a favor da democracia, a Editora Globo fez um volume da Melhor Qualidade; reuniu vários estudos e depoimentos assinados por grandes e médios nomes. Os trabalhos mais importantes são os de Fábio Lucas, Otto Maria Carpeaux, Alceu Amoroso Lima, Antônio Cândido, Guimarães César, Donald Schüller e Jean Roche. Além disso, relançou o primeiro livro do autor, Fantoche, comentado e anotado por ele próprio, gaúcho de Cruz Alta que não é nem corrupto nem subversivo.

♦ Uma beleza esse Cartas da Bahia, de Marquês de Lavradio. Escritas entre 1768 e 1769, elas são apresentadas por Itaul Lima, com o selo do Arquivo Nacional, e que dá continuidade à série de publicações feitas pelo Ministério da Justiça.

♦ Mais três livros da Sabia: a 10.ª edição da Antologia Poética, de Vinícius de Moraes, a 2.ª de Eneaco de Cronistas Modernos (uma seleção com trabalhos de Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos, Rachel de Queiroz e Rubem Braga) e a 11.ª de Milho pra Galinha, Marizinha, de Marisa Raja Gabaglia.

♦ Muito documentado, historicamente, o El Posado de Bulgária, de Vera Mutafchieva e Nikolai Todorov, que recebemos e agradecemos. Edição da Sofia Press.

♦ Outra recomendação entusiasmada para Sombras no Paraíso, o romance longo e belo que Ulrich Maria. Remarque deixara inédito. Saiu pela Record.

♦ A chapa única para a esculha do primeiro presidente do Sindicato dos Escritores da Guanabara tem dois fraternais e velhos amigos e aliados: Flávio Poyle, bibliófilo conhecidíssimo aqui e no exterior, e — para vice — o ministro Cândido Mota Filho. O edital de convocação foi publicado no jornal Gazeta de Notícias (naturalmente uma homenagem ao passado dessa folha, que teve entre os seus colaboradores gente do tipo de Eça de Queiroz) e como ninguém mais viu, outras chapas não foram formadas. Ninguém tenha receio que o sindicato cuidará somente de interesses profissionais dos seus filiados. Ainda hoje se pergunta porque uma chapa outra que seria formada dissolveu-se misteriosamente na úlcera.

♦ Orígenes Lessa, fêta porque o seu Omelote em Bombaim será reeditado pela Companhia Americana Editora. A primeira edição é de 1948, por O Cruzeiro, com capa de Millôr Fernandes. A de agora sofreu um rigorosa revisão estilística.

♦ Alexis Stempianenko, da Primor, e Paulo Roberto Rocco, da José Olympio, ambos gerentes dos respectivos departamentos de produção, viajaram para Madri com bolsa da OEA, a fim de tomar parte no curso da maior importância sobre o comércio do livro. Ambos ficarão dois meses em contato direto com o Instituto Nacional del Libro Español aspirando as mesmas ares que foram de Garcia Lorca.

♦ A Academia Brasileira de Ciências existe sim. A sede fica à Rua Anfóclo de Carvalho, 29-3.º — ZP-C, Rio-GB. Ela agora, com a participação direta do Conselho Nacional de Pesquisas, fez o importante Especies de Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, que deveria ser adotada oficialmente em todas as escolas do país. Os

vários trabalhos aí enfileirados mostram, com muito cuidado mas dramaticamente, que em breve o Brasil poderá se transformar em um outro Seara, com a matança indiscriminada de peixes e bichos — sem falar, é claro, na devastação das florestas. Cade as providências?

♦ Mais dois volumes do eterno Mário de Andrade saídos pela Martins/MEC: Namoros com a Medicina e Poemas Completos, este com vigorosos poemas de crítica social.

♦ Outra editora na Espanha que se dedica apenas à poesia: Ediciones Júcar, Sairam Rosálita de Castro, com um estudo de Xesús Alonso Montero; Jorge Luis Borges, ídem ídem de Marcos Ricardo Barnatán; e José Martí, explicado por Juan Marinello, representante cubano na Unesco. Endereço, Chantada, 7 — Madrid — 29.

♦ O carioca João Rui Medeiros quer resolver o problema do livro nacional contra o avanço do estrangeiro, principalmente o português: criar um plano de defesa na qual seria reservada uma pequena parcela de arrecadação dos municípios para a construção de bibliotecas, sob a fiscalização do Conselho Federal de Cultura. Se isso fosse aprovado, proporcionaria uma compra média de quatro mil volumes por edição. A idéia está em O Globo de 30/1. Por, a utopia de Thomas More ainda tem seus adeptos. Ora, amigo Rui, por que não lutar contra o livro estrangeiro que chega aqui praticamente de graça e é vendido como uma verdadeira extensão de outro modo? Por que não forçar o sistema a reconhecer o livro como indústria de base? O Sindicato Nacional dos Editores de Livros lhe receberia de braços abertos.

♦ Dizem que João Cortázar vem ao Brasil buscar direitos autorais dos seus livros lançados aqui e outros ainda por lançar.

♦ Flávia Moreira da Costa, recebi o seu Cosa Nostra — Ex Vici Máfia de Porto. Pelo da próxima vez. Está linda a apresentação gráfica da Edições Francisco Alves.

BRASIL

★ O jornal O Estado de São Paulo, com a bola de cristal de muitos anos de vivência na política do país, arrisca e publica em sua terceira página. Prevêem-se para abril ou maio — certamente antes de meados de ano — as grandes decisões do Sistema, firmando os rumos de seu futuro. Esta especulação traduziria uma espécie de rendição à evidência de um cenário teórico, que não se ajusta aos nossos hábitos reconhecidamente violados em abreviar prazos. Nem mesmo a quebra total da tradição política foi suficiente para extrair costumes profundamente arraigados, que resistem mesmo às incursões impetuosas apenas com os irreversíveis argumentos da força.

★ E diz ainda: O meio de ano assinala o prazo fatal para as descompatibilizações e ainda não se levantou a hipótese, nem mesmo como puro exercício da especulação, de que o Sistema, que tudo pode, altere o texto para encurtá-lo.

★ Depois de afastar a hipótese de o governo vir a esperar o colapso dos frutos com a inflação

contida no Índice recordista de 12%, com a inauguração de alguns trechos da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, O Estado assinala que o governo parece inclinado a repelir, não apenas porque se considera suficientemente forte, apoiado pelas suas bases, para articular as posições que desejar, como e principalmente porque não haveria dificuldade em colher um fruto que estaria maduro, saciado pela espera mais do que razoável, aprovado em todos os testes de conveniência, de profunda identificação com os objetivos e proposições da cúpula.

★ Completa o jornal do sr. Moaquitá Neto: a partir do 1.º de janeiro em que o Sistema tiver anunciado, a sua solução e estiver convencionado, de que ela está consolidada, será inevitável o abrandamento das restrições que protegem e preservam a intangibilidade do núcleo decisório. Até mesmo porque o fato terá as suas consequências, os seus desdobramentos, desencadeando as especulações sobre o futuro, desde a análise dos nomes prováveis até a avaliação dos rumos e revirões prováveis.

★ Morreu na semana passada o médico e indigenista Noel Nutels, criador do Serviço de Unidades Sanitárias do Ministério da Educação. Nascido na Ucrânia, Nutels dedicava-se à assistência ao índio brasileiro, desde 1943, quando participou da exposição Roncador-Xingu.

★ Ao saudar o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Elói José da Rocha, o ex-presidente do STF, ministro Alomar Baleeiro, lembrou que seu sucessor foi consubstancial da gloriosa Assembleia Nacional que redigiu a Carta Política de 1946, sob cuja vigência, apesar de todas as crises e vicissitudes, conheceu o povo brasileiro 26 anos de liberdade e progresso.

★ O sr. Adolpho Bloch acaba de receber proposta de 12 milhões de cruzeiros para a venda da mensão que serve de sede à sucursal paulista da Manchete. Como a casa foi comprada da sra. Horácio Lafer pela metade do preço em 1971, o sr. Bloch está disposto a as dívidas que suas publicações vêm acumulando há muito tempo.

★ Sinal dos tempos: protegido por um esquema de segurança que empregou sete viaturas, quarenta homens e cordões de isolamento, desembarcou em Belo Horizonte, na semana passada, o cantor Roberto Carlos. No aeroporto, entretanto, apesar dos insistentes anúncios pelo rádio e televisão, apenas duas admiradoras aguardavam o ídolo, que nesse mesmo local, em 1966, quase foi devorado pela multidão. Carrancudo, Roberto rumou para a cidade e trançou-se no Hotel até a hora do show.

★ Com o título Milagre Americano, o Informe JB, que melhorou muito depois que mudou de redator, publicou a seguinte nota: As 100 maiores empresas brasileiras faturaram, em conjunto, no ano passado, cerca de 9 bilhões e meio de dólares. No mesmo período a General Motors conseguiu faturar ao redor de 28 bilhões de dólares. E de se perguntar ao professor Aurélio Buarque de Holanda: qual o diminutivo de milagre? vendê-la e com o dinheiro pagar

A REFORMA AGRÁRIA QUE O DR. RANIERI MAZZILLI NÃO QUIS

Brasil 1930

Otávio Mangabeira, com a deposição do presidente Washington Luís, foi preso e recolhido ao quartel de um regimento de cavalaria do Rio de Janeiro. Era o ministro das Relações Exteriores. A 16 de novembro de 1930, escreveu um documento histórico sobre as últimas horas da legalidade na então Capital Federal, que denominou de A Cena do Guanabara e o meu depoimento pessoal.

Hélio Silva, que está fazendo história com recortes de jornais e arquivos particulares, prestando inestimáveis serviços a história contemporânea, no livro A Revolução Traída, publica, na íntegra o depoimento, posteriormente revisto em Nápoles.

É longo. Transcrevo alguns trechos:

Cardeal D. Sebastião Leme telefonou-me dizendo que do Forte de Copacabana, me queriam falar. Vá-o. Podia ser uma desatenção ao meu colega, ministro da Guerra. Ouvi o presidente. Não devíamos ter nenhum contato com os oficiais revoltosos — era o seu modo de ver.

Inclinei-me, pedi a D. Sebastião Leme que me dispensasse. Bastava que ele próprio se entendesse com os chefes do movimento. Pouco depois não era mais o Cardeal. Era o general Malan D'Angrogné (um dos chefes da revolução de 1930) quem me procurava pelo telefone. Podia fazê-lo em nome das relações pessoais que cordialmente mantemos. Contornei, possivelmente, alguma vez, ao longo do quadriênio, recomendações do Pre-

sidente Washington Luís. Aquela hora, entretanto, não sabia senão obedecê-lo, inteiramente, absolutamente. Evitei, com polidez, um entendimento.

— Dr. Mangabeira, sou o Capitão Peri Beviláqua. O General Tasso Fragoso desejaria muito entender-se com o sr. Há da parte de todos o empenho de que tudo se conclua dignamente.

— Capitão, respondi eu, diga ao General Tasso Fragoso que vá conduzindo pelo seu lado, as coisas, enquanto por nossa parte nos esforçamos por encaminhá-las a termo satisfatório.

O Capitão desceu, conversou com o General e veio dar-me a resposta:

— O General fica R espera. Pergunta se é necessário que permaneça aqui.

— Sim!

Isto ocorreu no entardecer de 24 de outubro de 1930, quando o Brasil, cansado dos desmandos de uma política de café com leite, pois os presidentes da República faziam um rodízio de 4 em 4 anos, um de Minas e outro de São Paulo, desalojou Washington Luís, do Catete.

Brasil, 1947

Chegou ao Rio, para receber homenagens, o general Dwight Eisenhower, um dos vencedores da guerra contra o nazismo e portavoza de uma nação tida e havida como ultra-civilizada e que não teve pejo em atirar a bomba atômica sobre Hiroshima, matando 80 mil inocentes. O general esteve na Câmara dos Deputados e o Brasil

assistiu, então, a um dos mais repulsivos gestos de servilismo.

O outrora ativo e fogoso Otávio Mangabeira, que como ministro das Relações Exteriores de Washington Luís, dava-se ao luxo de não receber generais brasileiros, inclinou-se ante o militar norte-americano, beijando suas mãos. O plenário corou de vergonha e humilhação. O próprio Eisenhower ficou perplexo com a sabujice.

— Coisa igual — escreveu um jornalista — só na Líbia, quando um militar beijou as botas do marechal Italo Balbo.

Brasil, 1964

Desembarcou no aeroporto Santos-Dumont, feliz como um pavão, com pose de presidente, o sr. Ranieri Mazzilli. Depois das honras de estilo e de passar em revista a tropa, foi saudado com uma salva de tiros.

Um jornal divulgou, na primeira página:

Procedente de Brasília, chegou a Guanabara, às 11h35min o presidente Ranieri Mazzilli, acompanhado do ministro Ernani do Amaral Peixoto e dos presidentes do PSD e da UDN, além dos representantes dos demais partidos. Do aeroporto militar, o presidente Mazzilli dirigiu-se ao Ministério da Guerra, sendo recebido pelo general Artur Costa e Silva. O presidente Mazzilli foi apresentado a vários oficiais do Alto Comando e convidado a conferenciar, em caráter reservado, com o ministro da Guerra.

Por cinco ou seis vezes o sr. Maz-

zilli foi presidente da República, já que nos impedimentos dos Chefes da Nação — por golpes militares ou viagens — ele, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, assumia o governo.

De uma vez, ficou cinco dias como presidente, o suficiente para reformar o protocolo oficial. Almoçava no Palácio Laranjeiras, jantava no Catete e dormia no Rio Negro, em Petrópolis. No outro dia, ia para Brasília e despachava no Planalto e no Alvorada. Lembrou-se que a festança não seria completa se não visitasse a sua cidadezinha natal, no interior de São Paulo, ostentando a faixa presidencial. Foi. E o povo viu, pela primeira vez, um presidente da República. E logo o Dr. Ranieri Mazzilli.

Quem melhor o definiu foi Elói Dutra, num aparte:

— V. Excia. tem a pose de um senador romano e a inteligência de Primo Carnera!

Foi o mais protocolar de todos os presidentes, exigindo tropa formada por ocasião de todos os embarques e desembarques, mesmo que a viagem fosse para Cascadura.

Brasil, 1973

Esta patiscada tinha que acabar. O Brasil é grande demais para assistir a este tipo de espetáculo de circo. Que é feito de S. Excelência, o Ilmo. Sr. Dr. Ranieri Mazzilli, ex-presidente da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil? Nem sequer foi reeleito deputado.

Não importa onde esteja, para se lembrar de seu último ato como presidente. Sem dúvida, uma torpeza. Destruíu a reforma agrária, esperança de milhões de brasileiros sem terra, por considerá-la uma das mais perigosas sementes de comunização. O decreto foi tão impatriótico que o suspetíssimo New York Post criticou-o de maneira violenta.

Agora é o próprio presidente Garrastazú Médici que ordena a reforma agrária, adquirindo a terra das mãos dos latifundiários, os coronéis do sertão.

Eis como a subserviência do presidente Mazzilli atrasou, por quase dez anos, uma justa e humana aspiração de milhões de trabalhadores rurais.

AMÉRICA

★ Independe, para efeito de análise, o que tenha ocorrido, desde segunda-feira, no Uruguai. Não importa se tenha ou não caído o presidente Juan Maria Bordaberry, pois uma coisa deverá acontecer, a médio prazo: a tentativa de saída, à peruana, para os problemas sócio-econômicos mais sufocantes. E isto porque os militares que fazem oposição ao Chefe do Executivo Uruguai, reconhecidamente representante do que há de mais reacionário no país, não estão dispostos a deixar de lado, ao que se divulga, o posicionamento nacionalista, onde não falta a clássica redistribuição de rendas e de terras, além do fim à dependência econômica das chamadas grandes potências.

★ Os analistas mais conservadores vêem o Uruguai, hoje, como um bolsão, encrustado entre o Brasil e a Argentina, em constante ebulição. Embora tenha sido no passado uma das nações latino-americanas mais caracterizadamente democráticas, sofre agora enormes pressões sociais que vão

desde a mobilização sindical, que já foi forte e impositiva, até as guerrilhas dos Tupamaros, motivo de constantes embaraços à administração.

★ Os líderes políticos uruguaios acreditam que essa rebelião porá fim à tradição secular de os militares não se imiscuírem em política. Assim, também, não acham provável que Bordaberry aceite o governo em condições não constitucionais e muito menos que se proponha a efetivar as reformas de base, preconizadas pelo grupamento militar. Como esclareceu Juan Pablo Terra, de Ahora: a presidência de Bordaberry está clinicamente morta, porque os restos de sua autoridade foram destruídos. Haverá reformas? — pergunta, atônito, o povo uruguai, acostumado a uma vida democrática intensa, que deixou de existir a partir do momento em que o país perdeu o domínio sobre seus meios de produção. Haverá reformas? — perguntamos nós. Ou este é mais um golpe-de-estado, ao clássico estilo latino-americano?

★ O presidente da National Broadcasting Corporation (NBC), Richard Wald, disse à uma subcomissão da Câmara Federal que a imprensa norte-americana atravessa uma fase de contínua erosão e como prova de sua afirmação citou as repetidas prisões de jornalistas por se recusarem a revelar suas fontes. A subcomissão colhe subsídios para um projeto de lei que impedirá os tribunais federais e estaduais e todos os órgãos do governo a obrigar um jornalista a revelar as fontes de suas notícias. A América é livre, mas nem tanto.

★ Joaquim Balaguer, que a Força Interamericana de Paz colocou no poder da República Dominicana, agora sem a ajuda espontânea do Brasil e EUA, recorre ao lugar comum (mas nem por isso superado) para se manter no governo por mais um mandato, o terceiro: sob o pretexto de que o desembarque de 10 guerrilheiros no litoral Sul faz parte de uma conspiração nacional e internacional para derubá-lo, Balaguer inkou na sema-

na passada violenta perseguição a seus adversários políticos, prendendo centenas de pessoas indiscriminadamente. E para variar em nome da democracia.

★ Segundo O Estado de São Paulo, um general boliviano que pediu para não ser identificado, a presença de brasileiros em território boliviano cria um problema sumamente grave, mas as autoridades estão certas de poder resolvê-los pacificamente. O governo boliviano tem adotado medidas ultimamente para evitar o que eles chamam de invasão pacífica de brasileiros. Só às margens do rio Abuná existem mil famílias brasileiras e apenas três bolivianas.

★ O presidente Rafael Caldera, da Venezuela, desmentiu na semana passada em Buenos Aires, a existência de um suposto frente hispano-americana contra o Brasil, ao dizer que: "A América Latina deve alcançar a unidade, respeitando a individualidade própria de cada nação."

DE FILHO DE PRESIDENTE A RECORTADOR DE JORNAIS

Todo o Itamarati vibrou quando se soube, naquela manhã cinzenta de novembro de 1945, que o novo presidente da República, chegado ao poder no auge de uma crise, tinha um filho no Ministério. Por isso mesmo, logo cedo, pela manhã, diplomatas procuraram o rapaz para cumprimentá-lo:

— Felicidade para o papai...
— Obrigado.

O filho do presidente não passava de modesto funcionário contratado, servindo no setor de imprensa e relações públicas. E até muito humilde. Simplório, com jeito muito especial de ser amigo e companheiro. Mas a onda na casa era muito forte para que o filho do presidente pudesse resistir aos assédios. Ele que já era funcionário há um ano, fazendo recortes de jornais e mandando notícias, não entendeu porque sua sala foi invadida, de repente, pelos diplomatas da casa. Ávidos e ansiosos em contar o seu caso particular.

— Imagine você que estou para ser promovido há três anos. Pode ser que agora seu pai me promova. Dois dias depois que seu pai fora guindado à Presidência da República, o jovem funcionário não tinha mais condição de continuar na Casa de Rio Branco, tal o cerco a que era submetido o dia inteiro,

na pequena sala de recortes de jornais.

Houve a solução: ir servir na Presidência junto ao pai. Veio a requisição e o filho do presidente da República seguiu para o Catete.

Enquanto isso, no Itamarati, imediatamente se armou uma reforma nos quadros da Casa. Uma reforma rápida, que ainda desse tempo de ser assinada em decreto-lei.

Pois, no Catete, estava o filho do presidente, para velar pelo velho casarão da Rua Larga.

Entre reformas da carreira e ampliação dos quadros, entretanto, veio a idéia salvadora: realizar um concurso de títulos. E mais: incluir no concurso de títulos o filho do presidente. Claro, ali estava a solução.

Foi assim que o jovem filho do presidente, no Palácio do Catete, junto ao pai, não pôde evitar as tramas. E foram assinados os decretos da carreira e o concurso de títulos para novos diplomatas. Ele também estava no meio.

Sabe-se até que chegou a reagir. Mas as palmadinhas nas costas eram mais fortes. E os rapapés também. Foi assim que num dia de dezembro saiu a nomeação dos novos cônsules, aprovados em concurso de títulos.

Como o pai ainda era presidente, o filho do dito teve uma homenagem. Diplomatas foram ao Palácio cumprimentar o rapaz. E, na

oportunidade, uma fala ao próprio presidente:

— A carreira de diplomata ganhou um grande funcionário, presidente. Vossa Excelência fez justiça.

Passada a fase presidencial, veio a realidade. Foi eleito novo presidente. E a casa de Rio Branco então teve suas transformações. Dizia-se até que os nomeados por concurso de títulos seriam demitidos. Era o retorno. A velha lei do retorno.

Finalmente, veio a solução: os nomeados por concurso de títulos teriam que fazer um curso no Instituto Rio Branco. Ou faziam ou iam para a rua.

E lá foi o ex-filho do presidente anterior fazer o seu curso, aprender seu francês e seu inglês.

O fato é que, curiosamente, o ex-filho do presidente passou a ser pessoa comum nos corredores. Não mais as palmadinhas nas costas, não mais as louvainhas, os abraços, as festas.

Os anos foram passando e o filho do presidente teve seus postos no exterior. Postos comuns. E também promoções comuns. Passou de terceiro secretário para segundo e depois para primeiro, por antiguidade. Sempre por antiguidade. Não tinha mais nascimento.

Quando o ex-filho do presidente chegou a primeiro secretário, estancou. Não se vi nele nenhum mérito para

promovê-lo a ministro.

Quando? Impossível. Um dia, encontramos o ex-filho do presidente numa pequena saleta, atrás do elevador. Uma saleta de 2 por 2 metros. Pequena, calorosa, cheia de sol. Uma velha mesa, uma cadeira quase sem assento.

Ele tinha voltado à seção de jornais. Só que a seção de jornais já não tinha mais o brilho de outrora: o gabinete do ministro de Estado levara todo os serviços e todos os contatos. O ex-filho do presidente andava pela casa quase sem ser cumprimentado. Lembramos que cumpria dia, numa roda no gabinete, comentava-se a injustiça que se fazia ao rapaz que, em certa época, lutou no Catete pela reforma da Casa. Alguém observou:

— Também, ele é muito parado. Não pede nada a ninguém...

Hoje, o ex-filho do presidente conseguiu ser ministro. Mas foi por antiguidade. E imediatamente o jogaram num consulado-geral sem importância.

Quem poderia contar o melhor as palmadinhas nas costas, os risinhos, os elogios fáceis é próprio. O ministro José Carlos Cavalcanti Linhares. Ele conta tudo.

Augusto Pereira

MUNDO

♦ Da viagem do ministro Gilberto Barboza à África e ao Oriente Médio, dois fatos que revelam uma posição contraditória do Brasil em sua política exterior: ao assinar nota conjunta com Israel, o chanceler brasileiro fez constar a posição favorável do Brasil à aplicação da Resolução 242, do Conselho de Segurança da ONU, que recomenda a devolução aos árabes dos territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias. Já com relação à África, nosso chanceler não demonstrou intenção de mencionar o Brasil em favor de uma outra resolução da ONU, muito parecida com a 242, que trata de questão igualmente séria: o direito de independência dos países africanos dominados pelo colonialismo português.

♦ Aos árabes, suas terras; aos povos de Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, suas pátrias. Não seria esta uma posição melhor definida? Afinal, nossa independência não nasceu em 1822? Até quando a política casera do nosso querido avozinho vai conti-

nuar a servir de guia para as grandes questões internacionais?

♦ O arcebispo Makários, da Igreja Ortodoxa Grega, foi proclamado, na semana passada, pela terceira vez consecutiva, presidente de Cipro. Makários venceu o pleito sem a realização de eleições, uma vez que a Constituição dispensa o voto diante da não existência de um segundo candidato. Uma das principais tarefas do arcebispo-ditador em seu terceiro mandato será o combate aos guerrilheiros do general George Grivas, partidário da anexação da ilha à Grécia.

♦ A revista alemã Stern revelou o nome do diretor do MI-6 (ramo militar da Scotland Yard encarregado da espionagem em países estrangeiros), até então um dos maiores segredos britânicos: é sir John Ogilvie Rennie, vice-subsecretário do Foreign Office, antes conhecido por M.

♦ A viagem de Kissinger a Hanói e o início da troca de prisioneiros de guerra foram os fatos mais

importantes da semana no Sudeste da Ásia. As violações de cessar-fogo são rotineiras de ambos os lados e chegaram a provocar incidente com a Comissão Quadrpartite na aldeia de Ban Me Thuot: os habitantes locais enfiados com um ataque à aldeia depois da trégua, agrediram a pedradas os oficiais norte-americanos e norte-vietnamitas que chegavam à região para controlar a paz.

♦ O governo de Saigon anunciou que libertará, na próxima semana, 7 mil prisioneiros de guerra do Vietnã do Norte, dentre eles 872 mulheres. O Vietnã do Sul tem mais de 20 mil comunistas presos, enquanto estes afirmam ter 4 mil sul-vietnamitas em suas prisões. Os primeiros 142 norte-americanos libertados por Hanói já estão a caminho da América.

♦ Sem que a imprensa tivesse acesso à cerimônia, a empresa aeronáutica Teledyne Ryan entregou à Força Aérea norte-americana o primeiro modelo de um bombardeiro sem piloto, dirigido por controle

remoto. Voando a 1.100 quilômetros horários, o novo avião tem capacidade de transportar e lançar 452 quilos de bombas, as chamadas inteligentes, guiadas por um sistema de televisão.

♦ O Ministério do Turismo da Turquia descobriu duas cidades subterrâneas, construídas há mais de mil anos pelos cristãos que fugiam dos invasores muçulmanos. Uma das cidades, a de Derinkuyu, tem sete andares abaixo, em forma de cruz. Ambas possuíam suprimentos próprios de água, sistemas de ventilação, igrejas e armazéns.

♦ Plástica no rosto, 400 dólares; operação nas pálpebras, 200 dólares; operação na borda inferior da vista, 320 dólares. Cobrando esses preços, o Instituto de Cosméticos de Praga, Tcheco-Eslováquia, opera pelo menos uma americana por dia. A corrida de mulheres ocidentais em busca da cirurgia plástica no hospital tcheco é tão grande que há necessidade de espera de 6 meses para o atendimento.

Um jovem responde ao perplexo senador

"Sempre que posso, compro e leio POLITIKA, que ao lado de O Pasquim e Opinião, se constitui no que há de melhor no Brasil em termos de imprensa. Junto a esta segue um pequeno artigo, que julgo definir o que muitos pensam sobre o processo de Sebastião Nery. Aproveito a oportunidade para uma carta aberta ao senador Guido Mandin.

Senador Mandin,

Soube que V. Excia. ficou perplexo ante a resposta dada por um jovem, que não via motivos para participar da vida política do país. V. Excia. poderia argumentar, mas não deu qualquer resposta, mesmo porque seus argumentos poderiam ser derrubados por quem entender um pouco de realidade nacional. Se V. Excia. apresentasse os números do PNB, altos porém favorecedores a uma pequena minoria, deixando milhões de pessoas marginalizadas, social e economicamente; crescimento de exportações, mas com igual aumento de importações, que se acentua de ano para ano; diminuição da inflação, mas com a verificação de que os preços continuam subindo e os salários reais a descer sistematicamente; previsão de apenas doze por cento no

Uma carta devida há

"Meu querido Sebastião,

Esta carta é escrita a quatro mãos, das quais você conhece apenas duas, sem dúvida as mais bonitas. São as mãos de Cida que está sempre aparecendo por aí, ora para recuperar algum número perdido ora para reclamar das falhas de entrega da assinatura, e sempre para o papo gostoso aí da redação. Eu estou lhe devendo essa carta há muito tempo, para ser exato, há 64 números. Mas quando a gente vê alguém fazendo um negócio muito bom, que se espera um bocadinho de tempo e de repente aparece dizendo as coisas que a gente acha importante saber, a gente não pode simplesmente escrever dizendo qualquer coisa, é preciso dar qualquer coisa à altura do que se recebe. Pensando assim, eu fui deixando, deixando e lá se foi mais de um ano.

Mas hoje, quando li o editorial (não sei se você o chamaria assim) O Preço de Lutar, me convenci que estava na hora de pagar as dívidas. Eu tenho realmente que agradecer, e acho que do meu lado está o melhor que esse país tem, a fidelidade que você e seu pessoal tem tido para com a gente, os seus leitores. Eu imagino como a porrada deve ter cantado firme para o lado de vocês desde que botaram o primeiro número na rua e mesmo assim, vocês continuam firmes. Sempre que alguém é leitor assíduo de alguma coisa, costuma-se dizer que ele é um leitor fiel e talvez isso seja verdade em relação a uma série de coisas impressas que andam por aí. Mas

aumento dos preços, que não vemos como possível, pois o feijão passou de Cr\$ 1,80 para Cr\$ 2,80, o pão de Cr\$ 0,12 para Cr\$ 0,15 e o cigarro também aumentou, isto para não se falar no escândalo que é a carne; chegada de capitais externos, para levar em lucro o dobro ou mais do que foi aplicado, retirando a parcela do suor e do sangue do povo brasileiro, mercê dos baixos salários, que são usados como um chamariz a estes investimentos; se V. Excia. apresentasse esses números, repito, todos nós, jovens, poderíamos refutar-lhe os argumentos. Se isto não lhe basta, vamos adiante: ensino pago, num país onde milhões de estudantes mal podem fazer uniforme e, quando acontece, no interior, deles andarem calçados, pode saber V. Excia. que isto foi graças a um presente, nunca por aquisição própria. Participar, senador, para quê? Se não há possibilidade de oposição, se forçosamente tem que haver conformismo, participar para quê? Responda-me, excelência, lutar para quê?

JOAQUIM BENEDITO COSTA
(Aparecida — São Paulo)

sessenta e quatro números

com vocês é muito diferente. O leitor de POLITIKA precisa apenas ir à banca e comprar, por um preço bastante inferior ao que recebe, o seu exemplar. Quanto a vocês, eu sei exatamente quando deve ser duro permanecer numa luta, que cada vez menos nos parece com possibilidades de vitória.

Confesso que me assustei um bocadinho por vocês com o surgimento de Opinião. Foi, como você disse, mais uma janela, mas, ao mesmo tempo era um conorrente. E eu fiquei em dúvida se haveria pessoas em número suficiente para manter a todos, incluso nisso O Pasquim, com uma venda suficiente para a sobrevivência. Continuo preocupado e sem saber. A parada engrossou e é nessa hora que você precisa saber e contar a todo esse grupo fabuloso que está enfrentando a maré, que se vocês não tem a maior torcida, tem, sem dúvida a melhor (por favor, não se sinta confundido com a Atlantic). Eu sei o que seria bonito acabar essa carta com frases bonitas sobre imprensa ou sobre liberdade, mas você deve sabê-las bem melhor do que eu. Também não teria sentido fazer 40 laudas de excelente estilo, porque o que era para ser dito, já está aí. Aliás, você já sabia antes. Essa carta foi só para lhe dar a certeza a fidelidade de vocês conquistou a nossa e temas que tocar o barco adiante. Segure no leme e deixe o lastro por nossa conta.

(MAURÍCIO E CIDA — Rio de Janeiro — Guanabara)

São os da juventude que vêm e se preocupam com o Brasil

"Antes de mais nada, os meus sinceros parabéns pelo jornal. Coleciono-o desde o primeiro número. Embora ache desnecessário, tenho que elogiar a sua linha de ação, pois no momento em que todos têm medo da verdade — e de dizê-la — POLITIKA diz o que pensa e o que pretende, sem nenhum temor. Precisamos de gente corajosa, como esta equipe. Sou estudante e tenho 19 anos, mas me preocupo com a situação e os problemas do Brasil atual. Achei a coluna da editoria do número de aniversário simplesmente notável, pela sua lucidez e inteligência. Além dela, a recente sobre a situação estudantil. Só elas já justificam o aumento desta publicação. Acho que foram duas coisas das mais oportunas que li nos últimos tempos.

Por favor, não pensem que estou dizendo isso para ser agradável. Não. É que é tão difícil encontrar alguma coisa boa para se elogiar hoje que, quando existe, tenho de fazê-lo. Realmente é difícil dizer o que POLITIKA representa para o Brasil, na minha opinião. Gostaria, porém, que o jornal fosse ainda mais ofensivo, no sentido de lutar com mais energia pelo país, apontando os erros que são cometidos e seus responsáveis, sem qualquer receio. Peço-lhes que publiquem minha carta, se isso for possível. Desde já agradeço a publicação e faço três pedidos: uma reportagem ou pesquisa sobre a UNE, seus líderes e a luta estudantil no país; uma reportagem, artigo ou análise sobre o trabalho do Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré. Aliás, li a carta de um leitor dando opinião parecida. Pergunto: onde está atualmente Geraldo Vandré? Isto é, em que país? Agradeço se puderem me dizer alguma coisa a respeito; uma reportagem sobre a luta armada no Brasil, seus líderes. Enfim, uma análise objetiva e sincera sobre este movimento".

(FERNANDO MACHADO DOS SANTOS — Rio de Janeiro — Guanabara)

As suas sugestões, Fernando, do ponto de vista jornalístico são válidas, porém não deverão ser atendidas, a curto prazo, por POLITIKA. Há uma série de obstáculos, que teremos que contornar antes, o que não implica no seu afastamento, mas sim em postergação. Quanto ao Geraldo Vandré, a última informação oficial dizia-o no Chile, gerenciando no sentido de retornar ao Brasil. No mais, obrigado pelos elogios e saiba que, como você, também nos preocupamos com nosso país, o que deve ser uma preocupação de todo o povo brasileiro.

Leitor viajante reclama do atraso em nossa distribuição

"Sou carioca, mas viajo muito pelo interior do País. Com isso, tenho uma informação que talvez interesse a vocês: o jornal chega com muito atraso às bancas, com exceção do Rio e de São Paulo. Em Curitiba, só chega duas semanas após o lançamento no Rio; em Belo Horizonte, até três semanas; em Porto Alegre, duas semanas; em Londrina, quatro semanas; em Uberaba, três semanas. Há casos, também, de que as quantidades enviadas apresentam um *deficit* enorme: em Cabo Frio por exemplo que o jornal chega na sexta-feira, sábado à tarde não se consegue mais comprá-lo, porque o jornaleiro recebe poucos exemplares, que são consumidos logo. Em todas, realmente todas, as cidades por que passo, os jornais diários chegam no dia certo. Por que isto não ocorre com o POLITIKA? Por que o atraso?"

(OTÁVIO JOUBERT — Rio de Janeiro — Guanabara)

POLITIKA é distribuído, para todo o Brasil, por Fernando Chinaglia Distribuidora, a quem passamos suas observações. Muito obrigado.

É preciso transformar o artigo em folheto e distribuí-lo à nação

"Ilustre jornalista Roland Corbisier. Não lhe importe o papel de que me sirvo para esta sincera mensagem e muito menos aquele cidadão do povo que abaixo se firma. Por obséquio, receba, isto sim, os mais enfáticos e sinceros aplausos desse cidadão pelo magnífico, verdadeiro, justo e oportuno artigo "Alienação e domesticção", em nosso querido POLITIKA de 29-30 de janeiro; artigo que precisava ser transformado em folheto e distribuído por todo o País — indo o primeiro exemplar às nossas autoridades.

Parabéns, jornalista emérito. Parabéns incondicionais pelas verdades enunciadas".

(AZEVEDO BOLIM — Iguaçu Grande — Rio de Janeiro)

FRITZ

E O CARNAVAL ELEITORAL DE CHAGAS



POLITIKA

EDITORA TORA LTDA.

Presidente: Philomena Gebran

Diretor: Sebastião Nery

Gerente: Eneás Resque

Editores: Jorge França, Mury Lydia.

Secretário: Antônio Calegari

Ilustração: Luis Fonseca.

Humor: Fritz, F. fs

Revisão: Cristina Veloso.

Colaboradores: Oliveira Bastos, Gerardo Mello Mourão, Franklin de Oliveira, Moacyr Werneck de Castro, Hélio Silva, Roland Corbisier, Antônio Carlos Villaça Hélio Duque, Edmar Morel, Murilo Marroquim Harrison Oliveira, Sérgio Barcellos Everardo Guilhon, Tereza Barros, Antonieta Santos, Leon Cakoff, Maria Cecília Ribas Carneiro.

Direção e Redação: Av Rio Branco, 133, grupo 1601 — telefone 232-1981 — Rio, GB.

São Paulo: Paulo Pereira — Av 9 de Julho, 245, 3.º andar — telefone 34-1627.

Fortaleza: Dário Macedo — Av Visconde do Rio Branco, 1484 — telefone 26-6837

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho — Rua Miguel Tostes, 924, grupo 101 — telefone 23-1754.

Fotos: Tribuna da Imprensa
Distribuição exclusiva para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S/A — Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajaú) — Rio GB.

Composição e impressão: Tribuna da Imprensa — Rio — GB.